

-----ATA N.º 9-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos 28 dias do mês de setembro de 2020, pelas 21.00h reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Proposta n.º 19/AM/2020 - Votos, moções e recomendações;
 - 2 - Proposta n.º 20/AM/2020 - Informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----
 - Informação sobre competências delegadas:-----
 - 2.1 - Proposta n.º 21/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018);-----
 - 2.2 - Proposta n.º 22/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----
 - 3 - Proposta n.º 43/CM/2020 - 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para 2020;-----
 - 4 - Proposta n.º 50/CM/2020 - 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para 2020;-----
 - 5 - Proposta n.º 49/CM/2020 - Designação do júri do procedimento concursal – proposta de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Resíduos Urbanos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----
 - 6 - Proposta n.º 46/CM/2020 - Autorização para repartição de encargos – Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para o período de 2020 a 2022 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----
 - 7 - Proposta n.º 44/CM/2020 – Regulamento municipal do campo de férias do Município de Torres Vedras;-----
 - 8 - Proposta n.º 45/CM/2020 – Regulamento municipal da gestão das praias marítimas do Município de Torres Vedras;-----
 - 9 - Proposta n.º 50/CM/2020 - Declaração de aceitação do benefício fiscal de redução em sede IMI requerida por Rauschert Cerâmica Técnica II, S.A.;-----
 - 10 - Proposta n.º 47/CM/2020 - Alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para adequação ao regime extraordinário de regularização das atividades económicas (RERAE);-----
 - 11 - Proposta n.º 48/CM/2020 - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para ampliação das instalações da Associação de Socorros da Freguesia do Turcifal para criar estrutura residencial de idosos – Casal da Rocha – Freguesia do Turcifal – Processo de obras CI-250/2020;
 - 12 - Proposta n.º 15/AM/2020 - Relatório de Atividades de 2019 – Representantes;-----
- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido

secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Sérgio Matias Rodrigues Calado, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

-----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinto Correia, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Sofia Horta Ferreira.-----

-----O presidente da Assembleia como nota prévia informou o plenário que chegaram aos serviços duas moções e o Relatório de situação – Coronavírus (COVID-19) do Município de Torres Vedras, que discutiriam na quarta-feira, no pressuposto que nesta reunião não acabariam os trabalhos e deu início à mesma.-----

-----Período Aberto à intervenção do Público:-----

**REGA DE JARDINS COM ÁGUA TRATADA PARA CONSUMO HUMANO -
DESAPARECIMENTO DE PATOS DO CHOUPAL E VÁRIOS PROBLEMAS NA LOCALIDADE
DE RUNA:**-----

-----O cidadão **Hermínio Saraiva** em relação à rega com água tratada para consumo humano, disse que há muito tempo se vem debatendo e lutando contra esse desperdício, essa desumanidade, essa falta de respeito para com os outros e para com a natureza. Ouviu dizer que foi apresentada na Assembleia Municipal uma moção sobre este assunto, que espera, corresponda à realidade pois todos os dias se indigna quando sai de sua casa e vê a água a ser desperdiçada pelos passeios, pelas ruas, por todo o lado, e a também lembrou que já trouxe este assunto ao plenário acompanhado de um jovem de 18 anos que ficou nesse dia muito desiludido

porque não ouviram que ele queria o futuro garantido. -----
-----Também questionou se algo se passou quando a EPAL passou a fazer o fornecimento de água ao concelho, porque foram desativados os furos e as captações de água e passaram a usar a água dos SMAS tratada para consumo humano. -----
-----De seguida deu nota que os patos do Choupal desapareceram questionando quem é que faz o controlo desta comunidade e incitou os deputados municipais a visitar Runa, mas não fazendo como o edil que esteve lá no sábado e realmente não foi visitar Runa. É preciso ir ver o desprezo com que aquela gente está a ser tratada, ver o estado da estrada, das ruas, e também ver o lixo que existe no parque de autocaravanas, que há muitos anos não é retirado, e por último se alguém monitorizou os ruivacos que custaram quase 200 mil euros. -----
-----Concluiu afirmando que não quer um concelho virado para a cidade de Torres Vedras, Praia de Santa Cruz e Praia Azul, pois estão a desertificar o interior e a deixar para trás uma população envelhecida. Alguma coisa tem que ser feita por eles, deputados municipais, que são os responsáveis pela democracia. -----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----
-----Período Antes da Ordem do Dia: -----

COVID-19-ÉPOCA BALNEAR- INICIO DO ANO LETIVO E TRANSPORTES:-----

-----O **presidente da Câmara** como nota prévia informou que o delegado de saúde pública do concelho, por motivo de agenda não pode estar presente e combinou que virá à de novembro em função da sua disponibilidade. -----
-----Depois informou que hoje remeteu ao presidente da Assembleia o relatório do ponto de situação da COVID-19 no concelho, e atenta a informação prestada no mesmo, começou por salientar a forma como decorreu a época balnear, com os concessionários, presidentes de junta e todas as equipas operacionais que foram altamente competentes no trabalho desenvolvido para que os veraneantes tivessem oportunidade de utilizar o território em segurança. -----
-----Sobre o início do ano letivo e sobre todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com a comunidade educativa, agradeceu a todos aqueles que têm dado o seu contributo para que possa decorrer da melhor forma com as condicionantes existentes. Nesta componente deu nota de algumas dificuldades, as quais espera que possam vir a ser ultrapassadas a muito curto prazo, referindo-se concretamente aos transportes públicos e agregadamente aos transportes escolares. Na passada quinta-feira, os presidentes de Câmara da CIM reuniram com a administração do grupo Barraqueiro de manhã e à tarde ele próprio reuniu com a direção operacional desta empresa para ultimar algumas questões que ao nível de transportes lhe foram colocadas por um conjunto de munícipes e encarregados de educação no sentido de melhorar um conjunto de linhas, quer dos TUT, quer das carreiras interurbanas, e nesse âmbito ficou acordado que durante a presente

semana iriam estabilizar toda a oferta de transportes no concelho. Sabem que houve uma redução de utilizadores na casa dos 60% e agora há que fazer todo o trabalho de retoma para o qual estão muito empenhados, muito determinados e convictos que possam vir a ultrapassar esta dificuldade.

-----Quis deixar uma palavra final para todos os torrienses e aqueles que os visitam e que necessitam do concelho de Torres Vedras para trabalhar, neste momento que estão a travessar, com o país em estado de contingência face à pandemia. Pensa que o resultado concelhio é francamente positivo, mas como costuma dizer, não podem baixar a guarda e têm que continuar neste trabalho diário no combate à pandemia, aproveitando para endereçar uma palavra a todos aqueles que de uma forma global têm cumprido com as regras emanadas, o que é um bom prenuncio pois todos têm responsabilidades enquanto cidadãos e assim em nome da Câmara Municipal de Torres Vedras agradeceu a todos que têm colaborado de uma forma geral, muito positivamente no combate à COVID-19.-----

-----Na senda do que foi proferido pelo edil a *deputada municipal* **Marta Geraudes** colocou algumas preocupações, desde logo quanto aos transportes públicos, acreditando que o edil já está a tecer esforços nesse sentido, relatando que nas diretas para Lisboa estão a vedar as primeiras duas filas da frente, por segurança do motorista, que anula logo 8 lugares e só ter uma capacidade máxima neste momento de 2/3 faz com que muitas pessoas, não coabitantes, tenham que ir no mesmo banco lado a lado. -----

-----Outra preocupação que lhe chegou foi a questão dos horários desfasados que as escolas tiveram que fazer, aos quais os autocarros ainda não se adaptaram deixando este reparo, tendo já percebido que estão a fazer algum trabalho junto da OesteCIM e também do grupo da Barraqueiro.

-----Relativamente à educação também deu os parabéns a todos os agentes educativos que colocaram um início de ano letivo diferente e em condições especiais de pé, porque até ao momento os trabalhos têm decorrido de uma forma bastante satisfatória para toda a comunidade escolar e para os torrienses, contudo ainda hoje ouviu na rádio que há 19 surtos em âmbito escolar no país questionando o que tem o município preparado caso aconteça nas escolas do município. -----

----- Salientou ainda que no *site* da autarquia diz que uma das medidas a implementar passa pelo reforço do número de assistentes operacionais e que no início do ano letivo os estabelecimentos de ensino do concelho contaram com mais 168, dos quais 143 para cumprir o rácio, 15 para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais ou outras situações excecionais e 20 para fazer face ao aumento de tarefas decorrentes da atual situação de pandemia e nessa sequência questionou se são estes 35 que substituirão os seus colegas no caso de haver algum surto nalguma escola, onde estão alocados neste momento e se foram distribuídos em excesso, havendo mobilidade para onde for necessário.-----

-----Tecendo algumas considerações sobre segurança e qualidade dos transportes escolares o *deputado municipal João Rodrigues* disse que com a pandemia COVID-19 emergem novos desafios em muitas áreas, nomeadamente nas escolas, que se encontram a fazer um grande esforço de organização em matéria de segurança e de manutenção de grupos isolados para conter possíveis contágios. Sabem que as turmas se encontram organizadas com pouco ou nenhum afastamento físico, pelo que se torna importante prevenir o contato social cruzado também nos intervalos, nas entradas e saídas, paragens de autocarros e nos próprios transportes escolares onde a autarquia tem responsabilidades conferidas por lei, acrescidas pelas normas de segurança em tempo de pandemia e das alterações que se verificaram nos horários escolares.-----

-----Nesta sequência o BE gostaria de saber se pode o município garantir que o Plano de Transportes Escolares está adequado: ao número de passageiros; afastamento físico entre os mesmos no interior dos veículos; aos horários de entrada e saída das escolas com a redução de tempos de espera e aglomerações de alunos e para além disso se a empresa concessionária está a colaborar com a autarquia na implementação de um verdadeiro serviço público, com os respetivos desdobramentos e complementos dedicados ao transporte escolar, como se exige.-----

-----Atendendo à matéria em questão o *presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo Celso de Carvalho* reportou-se à estrada da Folgarosa, a qual, dizem os administradores da Barraqueiro, por vezes o autocarro não trás ninguém não compensando a deslocação, para lembrar que já começou a escola, o abrigo de passageiros mais perto é nos Casais de Santo António (a 1200 metros) e seria bom que conseguissem que esta empresa prestasse este serviço público para que os residentes desta localidade não fiquem desprovidos de transporte.-----

-----Por último, agradeceu ao município nas pessoas dos Vereadores Laura Rodrigues e Hugo Lucas, o esforço que foi encetado no início deste ano letivo na adaptação de alguns espaços, inclusive em alguns foi preciso obras de última hora para adaptar refeitórios e espaços de recreio. Tem a perfeita consciência que ninguém sabe o que vai acontecer se houver uma crise pandémica no espaço escolar, ficando aqui o seu reconhecimento à Câmara Municipal e um abraço solidário a todos os colegas presidentes de junta, porque daquilo que conhece, o concelho de Torres Vedras mais uma vez foi exemplo no país. -----

-----Aludindo ao assunto dos transportes da Barraqueiro a *deputada municipal Teresa Oliveira* declarou não ter ficado esclarecida com a intervenção do edil, quanto às reuniões que ia ter pois pensava que já tivessem reunido há um mês atrás uma vez que as aulas já começaram há duas semanas. Pela sua profissão sabe das dificuldades que estão a sentir os alunos porque os horários desfasados, que foram feitos com tanta dificuldade, não se justificam tendo em conta que continuam a andar nas mesmas carreiras.-----

-----Ainda sobre esta temática fez notar que o problema dos autocarros não é da COVID-19, que de facto empolou a situação, mas Torres Vedras é um concelho com alguma dificuldade em se desenvolver com a rede de transportes públicos, e a este propósito questionou se o edil terá lido o relatório que fez sobre o Conselho Municipal de Juventude, do qual faz parte, e que efetuou várias sessões com participação juvenil pelas freguesias, onde primeira problemática identificada foi a falta de transportes públicos, horários inadequados e necessidade da reestruturação da rede de transportes e assim para que este concelho se desenvolva, fé fundamental uma rede de transportes eficaz e útil para as pessoas e não há nada. -----

-----Relativamente à questão da deputada municipal Marta Geraldos o **presidente da Câmara** deu nota que cada escola tem o seu plano de contingência que é gerido pelo respetivo agrupamento e em função disso a Câmara Municipal está a criar uma equipa de retaguarda caso seja necessário terem todas as condições para intervir. -----

-----No que se refere às questões sobre os transportes esclareceu que não teve só uma reunião, anda a reunir sistematicamente com o operador e com os agrupamentos para estabilizar os horários, pois estão a partir de um pressuposto completamente diferente do que era a matriz habitual tendo em conta os horários distintos que foram implementados, restando resolver ainda alguns problemas que existem ao dia de hoje, fazendo votos que durante a próxima semana tudo fique estabilizado. -----

-----Disse ainda que no concelho o transporte público existe, mas pelas suas características numa situação ou noutra não será o suficiente e têm que encontrar soluções como já referiu anteriormente através do transporte a pedido que está a ser estudado pela autoridade de transportes. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS: -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro**, deu nota que foi contacto esta semana por um munícipe, pessoa amiga, que fez variadíssimas tentativas para falar com o Centro de Saúde telefonicamente não o conseguindo e tendo ido lá foi-lhe demonstrado fisicamente pelo administrativo que os telefones não funcionavam e dito que não funcionavam há semanas, sendo algo que lhe custou a acreditar.-----

-----O *presidente da Assembleia Municipal e presidente da Comissão de Saúde* **José Augusto de Carvalho** assinalou se o deputado municipal não visse inconveniente enviaria um mail perguntando ao Dr. António Martins, responsável pela parte logística do funcionamento do Centro de Saúde, se recolheu um orçamento do custo da reparação dos telefones e ainda, se não houver outra solução, estarão disponíveis para contribuir pessoalmente e se isso transcender as capacidade do plenário, para irem para locais estratégicos contribuir para um peditório. Acha que

tem que ser feito, cada um tem que assumir as suas responsabilidades, porque ao não as assumir em tempo útil estará a colaborar, como inocente útil, com os Trumps e os Bolsonaros deste mundo. -----

----Na sequência das intervenções anteriores a *deputada municipal Marta Gerales* disse que também esta semana recebeu um relato de uma pessoa amiga, que não tendo médico de família se dirigiu ao Centro de Saúde para pedir uma receita médica de um meio contraceptivo, tendo-lhe sido comunicado que só teria consulta daqui a 5 meses, o que a deixou preocupada, significando que ainda têm muito trabalho por fazer a nível de saúde. -----

----O *presidente da Câmara* disse ter a informação que a central telefónica esteve 3 dias avariada mas desde sexta-feira que está operacional. -----

---- O *presidente da Assembleia*, agradeceu essa informação acrescentando que para terem uma atitude construtiva e colaborante até porque têm consciência de que estes desafios na área da saúde são difíceis, deveriam ter uma informação mais ampla, mais objetiva sobre o funcionamento das unidades de saúde do concelho. Para além disso os líderes dos grupos municipais têm tido oportunidade de questionar em encontros *online* a presidente do CHO, onde se percebe a sua disponibilidade para os esclarecer mesmo que as respostas não sejam satisfatórias e não sentem idêntica atitude ao nível dos cuidados primários. -----

---- Espera que numa próxima oportunidade em que procurem saber como está a funcionar o Centro de Saúde de Torres Vedras, não venham outra vez dizer que estão a atacar os médicos, pois não é disso que se trata e lamentou que como membro do conselho da comunidade, um órgão legalmente previsto na orgânica do ACES Oeste Sul, ao longo de todos estes meses nunca tenha tido oportunidade de participar numa reunião, o que significa que não precisam de contributos, sendo mau quando têm esse preconceito. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INSTITUTO DO VINHO E DA VINHA: -----

----O *deputado municipal António Carneiro* reportou-se ao trabalho do Prof. Moedas Duarte sobre o Instituto da Vinha e do Vinho relativamente a uma proposta que lhe pareceu pertinente, ao qual acrescentaria que a indústria torriense metalomecânica ligada à vinicultura deveria ter neste espaço um pequeno polo. -----

----O *presidente da Câmara* disse que no âmbito do trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito dos conteúdos programáticos para o IVV, irão estudar a proposta e trabalhar para que no centro interpretativo possam acolher a mesma. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CRIAÇÃO DA ONU - 1945: -----

----O *deputado municipal António Carneiro* assinalou que o ano de 1945 foi de facto um ano

excepcional porque no dia 2 de setembro terminou a 2.ª guerra mundial e no dia 24 de outubro foi criada a ONU. Foram 2 acontecimentos extremamente marcantes, o segundo consequência do primeiro face ao falhanço da Sociedade das Nações após a 1.ª guerra mundial, e a ONU e o pós guerra moldaram um novo mundo e uma Europa em que nasceu no mesmo ano, tendo crescido num ambiente de esperança, de democracia, de consolidação do liberalismo, de novas ideias, tendo muita pena que a COVID-19 os tenha impedido de comemorar, estas efemérides com a dimensão e dignidade que merecem e sobretudo viradas para os jovens que estão alheados da política, da democracia e que facilmente são conquistados por um fenómeno novo - mentiras das redes sociais. Estão a assistir ao espalhar de novas influências, à construção de novas mentalidades que muito o preocupam, porque vem de um tempo em que as opiniões divergiam mas as pessoas discutiam as suas ideias e hoje têm dificuldade em quase já em acreditar no que quer que seja. -----

-----Para terminar recomendou a todos os colegas o livro “Crepúsculo da democracia – o fracasso da política no apelo sedutor ao autoritarismo” da autoria de Anne Applebaum, para assinalar que 75 anos depois do fim da 2.ª guerra mundial, onde tantos morreram em nome da democracia para salvar o mundo da tirania, do fascismo e do nazismo, começam já a esquecer isso apelando a ajuda de todos enquanto pais, avós e educadores para que a geração mais nova não perca esses valores. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

APLAUSO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* quis deixar um aplauso ao presidente da República e ao ministro dos negócios estrangeiros português pela coragem demonstrada ao lidar com o embaixador dos Estados Unidos, que tratou Portugal quase como se de uma colónia se tratasse fazendo uma verdadeira chantagem a um país soberano, uma ameaça velada, mas que felizmente estiveram à altura sentindo-se orgulhoso dos mesmos. -----

-----O *presidente da Assembleia* subscreveu as palavras do deputado municipal. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

COVID-19 – SURTO EM LARES: -----

-----A *deputada municipal Marta Gerales* disse que se inteirou do que consta no relatório mencionado pelo edil, para frisar que o surto no Lar da Nossa Senhora da Luz foi preocupante no sentido de que tiveram a noção que houve dificuldades iniciais na monitorização dos casos e na própria divisão entre positivos e negativos para além de que a própria equipa técnica da instituição, houve uma altura que se mostrou bastante cansada, pelo que gostaria de perceber que tipo de equipamento o município tem preparado, para em qualquer momento, acorrer a estas instituições. -----

-----Atendendo à matéria em questão o *presidente da Câmara* começou por expressar uma

palavra de estímulo e consideração a toda a direção, equipas e utentes do lar em causa lamentando a perda de algumas vidas, neste que foi um momento de aprendizagem da relação institucional entre a autarquia, segurança social e ministério da saúde, visando encontrar formas de superar o surto. -----

----Deu nota ainda que neste momento já foi, por parte do governo, constituído um grupo de trabalho para criação das equipas de intervenção rápidas caso se justifique avançar com o modelo. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO MUSEU DO CARNAVAL: -----

----Tendo já conhecimento que não haverá cursos, a *deputada municipal Marta Geraudes* lembrou que as obras agora estão praticamente finalizadas, questionando para quando a inauguração do Museu do Carnaval. -----

----O **presidente da Câmara** esclareceu que se as obras correrem conforme está previsto o Centro de Artes e Criatividade será inaugurado no dia 12 de fevereiro, com a chegada dos reis ao local. Estão a preparar um Carnaval diferente, com algumas ações, que dependem da pandemia, mas têm que o reinventar e encontrar formas de superar as adversidades e nesse sentido irá ter uma reunião com as associações carnavalescas do concelho para começar a preparar a edição de 2021.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

LARES ILEGAIS: -----

----O *deputado municipal João Rodrigues* disse que todos sabem que existem inúmeros lares ilegais, sendo uma velha questão, que os sucessivos governos, e as sucessivas autoridades políticas locais eleitas, têm vindo de forma incómoda a ignorar. Sabem que estas estruturas, as legais, nas mãos das Santas Casas e outras IPSS, estão muito aquém das necessidades e que a Segurança Social, ao longo de todos estes anos, não tem tido uma capacidade de resposta à altura.-----

----Acrescentou que se todos os lares ilegais deste país fossem encerrados, os idosos que neles residem não teriam outra alternativa para onde ir. Mas dos lares ilegais que por aí existem, alguns em funcionamento há dezenas de anos, só ouvem falar quando surgem desgraças, como, agora, por exemplo, com os sucessivos surtos de COVID-19, ou denúncias de maus tratos e existem porque o Estado não dá resposta ao nível das necessidades, porque as IPSS não dão resposta em quantidade e a preços comportáveis e porque os privados legais praticam preços impossíveis para a esmagadora maioria dos portugueses, estando apenas focados no negócio e como tal, dando resposta apenas a uma elite com capacidade financeira suficiente.-----

----Pensa que está na hora de deixar de assobiar para o lado e encarar este problema de frente e

das autarquias, como Torres Vedras, fazerem a sua quota-parte de esforço para, protegerem a sua população mais idosa e mais necessitada. Todos são cidadãos e é preciso que a nível autárquico também se lute para o fim destes depósitos ilegais de idosos, criando condições, ao nível de infraestruturas, assumindo também o papel de cuidadores, para que seja possível dar uma resposta digna à necessidade crescente de estruturas de apoio em quantidade, com qualidade e devidamente regulamentadas. -----

-----Face ao exposto, questionou qual a abertura do executivo camarário, na voz do presidente, para pegar nesta questão como uma causa da autarquia de Torres Vedras. -----

-----O **presidente da Câmara** assentiu que é uma realidade que têm que e ao longo do processo já foi encerrada uma unidade, lembrando que está na agenda desta sessão uma proposta para ratificar uma declaração de Interesse municipal para mais uma unidade no concelho. Conclui concordando que cabe ao município estimular a criação de novas unidades porque o envelhecimento da população é uma realidade que tende para que necessitem de ter uma rede mais robusta em termos de oferta e tudo farão para ter uma cobertura concelhia a esse nível. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

COMBATES NAS LINHAS DE TORRES: -----

-----O *deputado municipal Vale Paulos* interveio no sentido de evocar pormenorizadamente duas datas significativas que marcaram a 3.ª Invasão Francesa nos territórios enquadrados na 1.ª defesa das Linhas de Torres Vedras: 13 de outubro, com os combates em Caixaria, Ribaldeira-Dois Portos e dias depois 1 de novembro de 1810 com o combate de Runa. -----

-----Deste modo e no sentido de divulgar história, de promover e preservar este valioso património para que se possa perpetuar na memória de gerações futuras, questionou quando está previsto o reconhecimento dos referidos combates, únicos realizados em território do concelho e para quando a sua urgente referenciação através de simples placas, lápides ou memoriais. -----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu a intervenção do deputado, aproveitando a mesma para dar nota que graças ao empenho do município no dia 20 de outubro celebra-se o dia nacional das Linhas de Torres Vedras e este ano, no âmbito da Rota histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, as celebrações irão ocorrer em Torres Vedras. -----

-----Ficou com a referência das datas de 13 de outubro e 1 de novembro com o intuito de encontrar forma de evocar as mesmas no futuro, assinalando que as Linhas de Torres Vedras já receberam vários prémios fruto do trabalho de promoção turística que têm vindo a desenvolver e a aprofundar, do qual evidenciou um centro interpretativo bem como uma equipa dedicada à manutenção dos fortes e fortins. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ILUMINAÇÃO PÚBLICA: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que teve conhecimento que há candeeiros na cidade de Torres Vedras que não acendem, tornando a cidade mais escura, questionando se há algum problema que a autarquia tenha conhecimento e se está a resolver. -----

-----O **presidente da Câmara** tomou nota da situação e solicitou ao deputado que indicasse o local certo para averiguar o que se passa. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESCULTURA DE ANTÓNIO CHARRUA: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* quis saber qual é o plano da autarquia para a escultura em título situada na antiga rotunda da Idemitsu, que, com o passar dos anos e motivada pelo material, apresenta problemas graves de corrosão e degradação e no seu entender seria uma pena que esta escultura se perdesse irremediavelmente. -----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que está identificado o problema e vai ser uma equipa interna por administração direta que vai proceder à reparação da escultura. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ANTIGA RODOVIARIA/PAINÉIS DE AZULEJOS: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* indagou se a autarquia já pensou o que vai fazer no sentido de revigorar o espaço em título e dignificá-lo de outra forma, achando que o mesmo deveria ser uma montra importante do concelho e da cidade e que nesta altura apresenta uma imagem de certa maneira decadente. -----

-----Sobre a questão colocada o **presidente da Câmara** informou que no espaço está em equação a criação das novas instalações do arquivo municipal. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

VIAS MUNICIPAIS: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, disse que podia apresentar muitos exemplos de estradas municipais em péssimo estado, mas iria sinalizar duas, referindo-se concretamente à entrada de A-dos-Cunhados, do lado de quem vem de Torres Vedras, desconhecendo se a autarquia tem previsto alguma intervenção e também a estrada que liga Ermegeira à Ereira na freguesia de Monte Redondo, sobre a qual muitos munícipes tem manifestado preocupação pelo seu mau estado de conservação, uma estrada ingreme que se encontra toda partida, apresentando índices de perigosidade elevados e gostaria de saber previsão de quando será arranjada. -----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo Celso Carvalho* pediu a palavra desde logo para agradecer as palavras do deputado municipal sobre a freguesia que preside tendo em conta que muitas dos colegas que intervêm só falam da cidade e em Santa

Cruz assinalando que de facto existe esta lacuna na estrada liga Ermergeira à Ereira, mas também noutra que liga a Ereira ao Maxial, contudo espera e está combinado a reparação para breve. -----
-----Relativamente à problemática afluída o **presidente da Câmara** esclareceu que têm vindo a requalificar as estradas municipais, mas como costuma dizer “num trabalho sempre inacabado”. Em concreto a estrada Ereira/Ermegeira vai ser alvo de reparação a muito curto prazo e no que respeita à de A-dos-Cunhados está a ser alvo de avaliação para programar a sua pavimentação. --
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBILIDADE: -----

-----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** tendo o edil já dado nota das démarches que tem estado a desenvolver junto da autoridade dos transportes acerca da insuficiência que se tem verificado em todo concelho, recordou que se trata de uma questão de extraordinária importância, pois além de pôr em causa a coesão territorial, dificulta a igualdade social dos jovens e alunos, não tendo muitas das aldeias do concelho infelizmente ainda condições de mobilidade nem de passeios que possibilitem a vinda dos estudantes para o meio escolar em segurança. Nesse sentido questionou acerca das obras que estão a ser feitas na EN9 concretamente na localidade de Carvoeira e dos passeios que lá estão a ser construídos. -----

-----Na cidade questionou sobre a falta de planeamento notório que se tem verificado nas obras que têm estado a ser desenvolvidas pelo município, concretamente na Rua José da Silva Anacleto, onde há poucos meses atrás foi feita uma intervenção profunda, com a construção de uma rampa para acesso de deficientes e inclusivamente com um gradeamento de aço inox, e que foi destruída para ser feita agora uma nova rampa no âmbito do acesso pedonal que está a ser feito naquela artéria. -----

-----Mencionou também a Rua Luís Brandão de Melo, onde há mais tempo tinha sido construída uma rampa e uma escadaria, também destruídas recentemente na sequência da mesma obra que está a ser feita e ainda uma intervenção na Praceta Francisco Vieira Jerónimo há muito aguardada até porque se espera que finalmente a Promotorres possa intervir e fiscalizar o estacionamento abusivo que naquela praceta era feito há anos, tendo a mesma sido objeto de uma pintura em cima do alcatrão velho, depois alcatroada e depois pintado novamente sobre o mesmo parecendo-lhe que ser esbanjar o dinheiro público e sobre isso gostava que o edil se pronunciasse. -----

-----No seguimento desta intervenção a *deputada municipal* **Teresa Oliveira** disse que já fizeram ciclovias, estão a fazer passeios pedonais sendo então altura de questionar quando arranjam as ruas por onde as pessoas passam que estão cheias de altos e baixos, buracos e se tropeça. -----

-----No que se refere à EN9 o **presidente da Câmara** esclareceu que os passeios em execução, quer junto ao cruzamento para as Carreiras, quer no interior da Carvoeira, resultaram de um trabalho desenvolvido em cooperação com a Junta de Freguesia. -----

-----Quanto à falta de planeamento que o deputado evocou, informou que no âmbito do PEDU têm sido feitas algumas intervenções, ao nível dos circuitos pedonais e do ponto de vista técnico foram as soluções encontradas, nomeadamente nas ruas José da Silva Anacleto e Brandão de Melo e no que respeita à Praceta Vieira Jerónimo julga que agora finalmente conseguiram resolver o problema que existia naquele espaço. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO CENTRO 2030:-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que chegou a altura de falar de futuro, reportando-se ao plano em título, um documento elaborado pela CCDR o qual pensa que não será agendado para a Assembleia Municipal, mas sobre o mesmo foram pedidos contributos aos deputados municipais e nesse sentido iria pronunciar-se nomeadamente tendo por base os pacotes financeiros provenientes da União Europeia.-----

-----Assim assinalou que está previsto nesse relatório, um conjunto de obras para a região Oeste algumas com interesse para o município de Torres Vedras, tais como o IC11 e a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras e também a questão da ferrovia que está na ordem do dia e parece que é generalizado o interesse que avance em Portugal. -----

-----Nesta sequência e tendo em conta que vai haver fundos, considera importante que defendam, independentemente das obras que poderão começar ou não a breve trecho na Linha do Oeste, que o novo traçado a partir da Malveira para Lisboa pudesse contemplar uma alteração, sem ter de ir para Meleças para ir para Lisboa, pensando que é o momento oportuno para que este órgão deliberativo puxe por essa vontade que pensa ser a unanime de todos os torrienses. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, aproveitando a intervenção sobre o assunto em título do colega Luís Carlos Lopes, interveio apenas para dizer que se nota claramente um esforço de Coimbra para se reforçar enquanto polo da sua ligação transfronteiriça, para além de não perceber a referência até 2030 por causa da pandemia ao turismo interno e à zona do interior, e também que carece de uma visão em termos de captação de turismo externo, nomeadamente para os campos de golf e postos náuticos.-----

-----O *presidente da Mesa, José Augusto de Carvalho* informou que o documento chegou através da Câmara Municipal, mas o prazo que lhes foi concedido não permitiu o seu agendamento que certamente seria desejável. -----

-----Tendo em conta as temáticas abordadas, mas focando-se essencialmente na Linha do Oeste o *presidente da Câmara* informou que à data a modernização entre Meleças e Torres Vedras já tem o visto do Tribunal de Contas e entre Caldas da Rainha e Torres Vedras tem autorização plurianual para a despesa e, portanto, este troço vai ser uma realidade. -----

-----Aproveitou para dar nota que já solicitou ao presidente da Assembleia Municipal para se criar

um grupo de trabalho, com o objetivo de se estudar o novo ramal entre Malveira/Infantado/Gare do Oriente que considera fundamental em termos de futuro e extremamente oportuno em termos de projeção.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DOS CONTENTORES:-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* reportando-se às suas intervenções anteriores sobre este assunto voltou a referir que os contentores de RSU continuam bem sujos constituindo um perigo para a saúde pública, não só na cidade mas também nas aldeias.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DESEMPREGADOS NO CONCELHO:-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* questionou quantos desempregados existem no concelho.-----

-----O **Presidente da Câmara** informou que em junho totalizavam 2515.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ÉPOCA BALNEAR - 2020:-----

-----O *deputado municipal Rui Lopes* reportando-se à antevisão que fez no início da época balnear das medidas aprovadas e que estavam a ser implementadas pelo Executivo neste ano atípico em todas as frentes e na medida em que houve quem duvidasse da capacidade de alguns dos técnicos e mesmo do Executivo, iria fazer um balanço do que se passou.-----

-----Assim assinalou a importância da comunicação que foi feita pela A8 de que” espaço é saúde” enaltecendo a colocação de assistentes de praia, tendo sido visível que todas as pessoas sentiam segurança ao ver alguém a quem se dirigir sobre a lotação das praias, e para além disso enalteceu os apoios de praia na constante verificação e alteração da bandeira de ocupação. A única nota que lhes foi transmitida teve a ver com os jogos coletivos, nomeadamente na Praia da Física e Centro que eram rapidamente resolvidos após a advertência expressando parabéns pelo trabalho que foi feito nesta época balnear, podendo afirmar com firmeza ter sido um verão seguro, saudável e sustentável.-----

-----Ainda sobre as praias aproveitou para enaltecer um grupo de pessoas que fazem parte do “Guardião do Oceano” e que têm feito um trabalho extraordinário na recolha de lixo marinho recomendando a todos seguir a sua página e juntarem-se à causa tornando-se guardiões do oceano e da costa assinalando ainda que no passado dia 19 de setembro foi celebrado o Dia Internacional da Limpeza Costeira, onde este grupo esteve na linha da frente com inúmeras atividades.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE:-----

-----O *deputado municipal Rui Lopes* registou que a semana europeia da mobilidade, que decorreu de 16 a 22 de setembro, lhes permitiu perceber que o município está no caminho certo cumprindo os objetivos e as metas traçadas, tendo sido dado a conhecer a frota municipal cada vez sustentável, menos poluente e mais eficaz ao serviço da comunidade, expressando um bem-haja a todos. -----

-----O *presidente da Câmara* assinalou que semana decorreu no âmbito dos princípios que têm vindo a desenvolver na mobilidade sustentável que faz parte estratégia delineada para o território.

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

DOCUMENTO 1: -----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 23/09/2020, a enviar para conhecimento projeto de Lei apresentado na Assembleia da República, que propõe a recuperação do controle público dos CTT como garante de soberania e independência nacional, de defesa do serviço público postal e dos seus trabalhadores, objetivo pelo qual o PCP continuará a lutar e a intervir. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 2: -----

-----E-mail, de Susana Maria Ribeiro das Neves de 24 de setembro último a informar que por motivos pessoais não poderá estar presente na sessão solicitando a sua substituição, encontrando-se presente Artur Alexandre Santos Narciso. -----

DOCUMENTO 3: -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

-----E-mail da Junta de Freguesia de Silveira, da presente data a informar que o seu presidente, não pode estar presente e far-se-á representar pelo secretário Sérgio Matias Rodrigues Calado. ---

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

-----Período da Ordem do Dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

---- O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 5 de 14 de maio de 2020 tendo a Assembleia Municipal, após algumas observações e correções, aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas. -----

1 - PROPOSTA N.º 19/AM/2020 - VOTOS, MOCÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

VOTOS DE PESAR:-----

DR. MANUEL JOSÉ HENRIQUES: -----

-----“Faleceu no passado dia 31 de agosto o distinto advogado da nossa cidade e comarca, Dr.

Manuel José Henriques.-----
----Nasceu a 9 de novembro de 1950 em Pampilhosa da Serra, tendo feito a sua formatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.-----
----Adotou Torres Vedras como sua terra em meados da década de 70 quando, nesta cidade iniciou funções de Procurador do Ministério Público no Tribunal de Trabalho.-----
----Em 1978, o Dr. Manuel Henriques fez opção pela advocacia igualmente em Torres Vedras.----
----Aqui constituiu família, sendo sua esposa de sempre a Professora Maria da Conceição Chitas Correia, atualmente aposentada do Agrupamento de Escolas Padre Madeira Torres e seu filho o Dr. Pedro Correia Henriques, igualmente brilhante causídico na continuidade da atividade que ambos abraçaram no escritório comum.-----
----O Dr. Manuel Henriques foi delegado da Ordem dos Advogados na Comarca de Torres Vedras no triénio de 1993 -1995 e presidente da Delegação da Comarca no triénio de 2005-2007.-----
----Foi também vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados os triénios 2008-2010 e 2011-2013.-----
----No triénio de 2014-2016 presidiu à Comissão Nacional de Avaliação da mesma Ordem.-----
----Como torriense de corpo inteiro envolveu-se no movimento associativo, tendo integrado a direção das duas principais associações da nossa cidade:-----
----A Associação de Educação Física e Desportiva, como diretor responsável pelas atividades desportivas, e-----
----A Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, como vice-presidente da Direção.
----Finalmente, é de assinalar o trato humano do Dr. Manuel Henriques que, pela sua afabilidade, deixou um amigo em cada pessoa com quem privou.-----
----Com o seu falecimento, Torres Vedras ficou mais pobre.-----
----Em conformidade com o que antecede, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão ordinária na presente data, torna público o seu pesar, endereçando à viúva e ao filho do Dr. Manuel Henriques os seus sentimentos.-----
----Torres Vedras, 28 de setembro de 2020.-----
----Grupo Municipal do PS”.-----
----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manuel José Henriques e observou em sua memória um minuto de silêncio.-----
VITOR MANUEL DE OLIVEIRA SANTOS:-----
----“Nasceu em Torres Vedras em 23 de julho de 1939, filho de João Henriques dos Santos jr e Julieta de Jesus Ribeiro de Oliveira Santos.-----
----Em 1948 foi admitido como aluno no Colégio Militar, sendo-lhe atribuído o nº365, onde viria a concluir o respetivo curso no ano letivo 1956/57.-----

-----Ingressou depois na Escola do Exército e aí, entre 1957 e 1960, concluiu a licenciatura em Ciências Militares (Artilharia, naquela que passara a ser denominada de Academia Militar. -----

-----No ano imediato, 1961, frequentou o Curso de “Métodos de Instrução” e o “Estágio de Artilharia Antiaérea e da Costa”, sendo depois, já como alferes, mobilizado para prestar serviço no Estado Português da Índia onde, como Comandante de Pelo, fez parte da Companhia de Artilharia 249, com sede em Ucassaim a Norte de Mapuçá. Em dezembro de 1961, pouco tempo depois de ali chegar, deu-se a invasão de Goa pela União Indiana, tendo sido feito prisioneiro de guerra até maio de 1962 (5 meses) ficando detido no “Alfa Detenus Camp”, em Pondá, que fora até então quartel de um Destacamento de Engenharia Português. Finda esta penosa e imprevisível experiência, foi então repatriado. -----

-----Em 1964 foi promovido a capitão e logo voltaria ao Ultramar, desta vez em rendição individual, para ir comandar a Companhia da Artilharia 393, que esteve sucessivamente estacionada em Quibala, Ambriz e em Zala; daí transitou para o Comando da Companhia de Artilharia 632 em Ambriz e depois na fazenda Tabi; e, finalmente integrou como Oficial de Operações o Batalhão da Artilharia 1869, com sede em Úcua. -----

-----Regressou a Lisboa em 1966 indo desempenhar funções de Comandante da Divisão da PSP de Lisboa. No ano seguinte partiu para Moçambique para ocupar um cargo idêntico: o de Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública do distrito de Moçambique primeiro, e depois em Nampula, como Comandante de uma Companhia de Polícia Móvel, ali permanecendo até 1969, e onde se lhe manifestou uma doença que o acompanharia no futuro e que em 1970, implicou a sua classificação como Deficiente das Forças Armadas devido a doença adquirida e agravada em campanha. -----

-----Nos anos seguintes dedicou-se à sua terra natal, tendo ocupado os cargos de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Presidente da Direção da Tuna Comercial Torreense e Vice-Presidente da Assembleia Geral do Sport Clube União Torreense, todos entre 1970 e 1973.--

-----Foi também orgulhoso membro desde o início da fundação da SEDES - Associação para o desenvolvimento Económico e Social, que foi constituída em 1970, com fundadores que eram oriundos de diferentes formações académicas, estratos sociais, atividades profissionais e opções políticas. Foi e continua a ser a verdadeira e escola de cidadania em Portugal. -----

-----Em 1974, após o 25 de Abril, ascendeu a posto de Major e, no ano seguinte, passou à situação de reforma extraordinária. -----

-----Ainda em 1974, seguiu para Macau para fazer parte da equipa governativa daquele território, então liderada pelo General Garcia Leandro, que fora seu colega e camarada de Curso no Colégio Militar e na Academia Militar. Ali permaneceu até 1979, desempenhando o cargo de Secretário Adjunto para os Assuntos Sociais e Cultura, que englobava as pastas da Educação, Saúde,

Assuntos Sociais, Habitação Social, Cultura e Desportos. Durante o seu mandato foi publicada em 1977, a Lei da Salvaguarda do Património Monumental e Edificado de Macau, ao abrigo da qual se procedeu à recuperação dos diversos edifícios classificados. Foi também impulsionador, fundador e patrocinador da Universidade de Macau, Vice-Presidente do ACNUR (Alto Comissariado das ações Unidas para os Refugiados) durante o êxodo dos refugiados do Vietname para Macau e Hong Kong (1975/6). -----

-----Novamente em Portugal, no âmbito das disposições legais visando a reposição meritória das carreiras dos oficiais que tivessem sido preteridos, foi graduado a Coronel em 1982.-----

-----Foi Presidente da Direção do Sport Clube União Torreense entre 1984 e 1991, e a ele se ficou a dever a conceção do projeto da “Rede Integrada de Instalações Desportivas (RIID) na Direção Geral dos Desportos/ Ministério da Educação, do qual foi também Diretor-Coordenador entre 1988 e 1993, vindo aa ser ele o responsável pelas Infra-estruturas Desportivas do Campeonato do Mundo de Juniores de Futebol (1991).-----

-----Depois, em 1993, foi candidato à Presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras, acabando por ser seu Vereador e acumulando o cargo de Administrador dos Serviços Municipalizados, desde 1994 a 1997. Terminadas estas funções, foi deputado à Assembleia Municipal entre 1998 e 2002.-----

-----Ainda entre 1998 e 2002 foi também consultor dos Projetos de Internacionalização do Grupo Valouro e, nos anos seguintes (2000 a 2005), liderou o Projeto de Construção e aa Administração da Escola Internacional de Torres Vedras.-----

-----Foram-lhe concedidos vários louvores, quer ao serviço do Exército, quer da Polícia de Segurança Pública, do Governo de Macau e do Ministério da Educação. -----

-----Possuía as seguintes condecorações: Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, Comenda dos Prisioneiros da Guerra na Ex Índia Portuguesa e Medalhas Comemorativas das Campanhas da Índia, de Angola e Moçambique.-----

-----Partiu para a sua última viagem a 1 de julho de 2020. -----

-----Deixou-nos a saudade, um exemplo inabalável de profissionalismo e um sentido familiar fora de série.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Sessão Ordinária em 28 de setembro de 2020 lamenta o desaparecimento de Vítor Manuel Oliveira Santos e endereça votos de sentidas condolências à família enlutada.-----

-----Grupo Municipal do PSD.”-----

-----Os deputados municipais Jacinto Leandro e Luis Carlos Lopes tecerem algumas palavras a reforçar os dois votos, assim como o deputado municipal Nuno Henriques se manifestou solidário e solicitou que, para além destas personalidades, tivessem em mente todos os que morreram por

causa do COVID-19.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Coronel Vitor Manuel de Oliveira Santos, observando um minuto de silêncio em sua memória. --

2 - PROPOSTA N.º 20/AM/2020 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

-----Presente informação datada de 23/09/2020 que a nível da situação financeira do município, que dá nota do total de disponibilidade no valor de € 10.395.177,45 e € 1.228.894,13 de dívidas a fornecedores.-----

-----*A deputada municipal Rita Sammer* disse que a sua primeira intervenção tinha a ver com as questões que o cidadão colocou, uma vez que o edil nada disse e assim questionou qual o ponto de situação quanto à utilização da água tratada para consumo humano para as regas do espaço público, qual o problema com a comunidade de patos do Choupal e a razão da preocupação sobre Runa.-----

-----No âmbito do acompanhamento por parte da Assembleia ao protocolo celebrado com o CHO e a ARS, manifestou a sua preocupação ter sabido que a unidade de cuidados intensivos não vai arrancar nesta fase de pandemia, uma vez que a proposta para integração do CHO na rede de diferenciação de medicina intensiva não foi aprovada para esta fase. Salientou que é uma questão decisiva naquilo que pode ser a capacidade deste centro hospitalar para atrair profissionais de saúde, nomeadamente médicos para o preenchimento de vagas que vão abrindo e não haver UCI condiciona em muito a possibilidade de carreira. Para além disso, preocupa-a a remodelação do serviço de urgência que continua a aguardar a autorização da despesa por parte do Ministério das Finanças, sendo sabido que o processo teve de ser recomeçado uma vez que houve um aumento da despesa prevista, e que como a obra está inserida numa candidatura, este atraso pode comprometer, solicitando que o edil clarificasse esta matéria.-----

-----Também solicitou que o edil elaborasse a informação que já deu no período antes da ordem do dia sobre os lares ilegais e que era importante, na questão da COVID-19, perceber qual o entendimento da retoma das atividades culturais em sentido lato nomeadamente nas freguesias e também na cidade, sendo algo que preocupa todos em geral e os operadores em particular principalmente os pequenos espalhados pelo concelho.-----

-----Por último referiu-se ao apoio de €30.000,00 atribuído à junta de freguesia da cidade para o aluguer de uma varredoura mecânica, que merece a concordância do grupo municipal do PSD mas serve de exemplo para mostrar a fragilidade e a insuficiência dos contratos de transferência de competências, que não foram acompanhadas pelo envelope financeiro e as juntas de freguesia ficam dependentes dos apoios da autarquia para o exercício das suas competências próprias.-----

-----*O deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se a um documentos remetido pela OesteCIM

que lhes foi distribuído sobre um concurso público, pensando que teria a ver com a definição do futuro local de uma nova unidade de saúde na zona Oeste, mas constatou que “consiste na elaboração de um estudo com vista à avaliação de construção de uma nova unidade hospitalar”, assinalando que tinha ideia que já estava definido a necessidade incontornável de haver um novo hospital para substituir os 3 existentes. Referiu ainda que no documento se diz “devendo para tal ser realizada uma análise estratégica que pese os custos e os benefícios associados às possíveis opções” o que no seu entender dá para tudo, construir ou não conforme as opções sejam viáveis ou não e pensava que já tinham ultrapassado esta fase. -----

-----Assinalou ainda que nos critérios de adjudicação (art.º 6.º), em caso de empate, será adjudicada a proposta selecionada considerando os seguintes critérios: fatores de desempate – maior pontuação do fator equipa técnica, maior pontuação do fator preço ou seja o mérito técnico, que valia 50% nos critérios e adjudicação, é aqui posto em segundo e terceiro plano pelos outros fatores que representavam menos em termos percentuais - preço e equipa técnica e assim ficou abismado e surpreso não sabendo de foi lapso, pois pode deturpar aquilo que se pretende. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* deu boa nota da criação da primeira praia no concelho para canídeos, a Praia das Amoeiras, e nessa sequência questionou se está prevista uma maior fiscalização da boa utilização das restantes praias quer pelos canídeos quer pelos seus próprios donos. -----

-----Felicitou os habitantes da freguesia de S. Pedro da Cadeira, na pessoa do seu presidente de junta, pela inauguração do parque verde de Nossa Senhora da Nazaré, onde teve o grato prazer e honra de poder estar presente. Trata-se de um equipamento de grande qualidade, que vem criar melhores condições aos habitantes daquela zona do concelho e proporcionar boas vivências também para além da cidade. -----

-----De acordo com a informação prestada pelo edil, verificou na parte contenciosa dos processos judiciais, alguma litigiosidade talvez exagerada no que às empresas de telecomunicações móveis diz respeito e tendo em conta este período excepcional da pandemia, em que muita da atividade que antes era desenvolvida presencialmente, é agora desenvolvido em teletrabalho e as plataformas digitais de repente passaram a ter uma importância exponencial, questionou o edil se tem noção da qualidade e quantidade da cobertura e espectro radielétrico no concelho, designadamente de redes de telecomunicações móveis e rede de internet. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* começou por dizer que a Câmara Municipal tem uma agenda cultural louvável, e apesar de pensar que a cultura deve ser programada, os tempos mudaram e surgiu a pandemia, logo devem analisar se têm condições em termos de saúde pública, não só para as manifestações culturais ditas em recintos fechados, mas por exemplo para o Carnaval, tal como já referiu aquando da presença do delegado de saúde pública na última

sessão, pois todos compreenderão que em primeiro lugar está a saúde, aproveitando para lembrar que o concelho de Torres Vedras também está envolvido na rede da capital de cultura 2027 que envolve 3 distritos, para a qual têm que repensar se têm condições ou não. -----

-----Olhando a informação escrita em análise e que estando a entrar no último ano de mandato importa saber, neste momento em que a Câmara Municipal está a elaborar o orçamento para 2021, se há mudanças com base na realidade atual e também nas críticas que ao longo dos tempos têm vindo a fazer, nomeadamente em termos da comunicação e da cultura, canalizando essas verbas de cerca de 20 mil euros para gerir redes sociais, para a ação social, lares e para os tais 2515 desempregados que se calhar precisam de requalificação, ou seja, que essas verbas gastas em tantas viagens pela Europa e não só, por outros continentes, pode ser canalizado para outras áreas, da cultura à comunicação porque este ano precisam acima de tudo comunicação eficaz e de saúde. Para além disso vão ter de ser conscientes a partir de agora, não entrando na política baixa, na política pela política, do poder pelo poder, mas com elevação, pensando que é positivo repensar a mudança de paradigma e que para 2021, esta pandemia lhes tenha ensinado alguma coisa.-----

-----Por último na sequência do despacho que entrou em vigor no 15 de setembro, questionou se a decisão sobre os horários dos estabelecimentos ou por exemplo sobre o número de presenças nos funerais, teve suporte técnico de um engenheiro de Proteção Civil Municipal ou foi da autoria do edil apenas.-----

-----Concluídas as intervenções foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos. Quanto à questão da gestão da rega em jardins, assinalou que têm vindo a fazer um esforço significativo para dotar estes espaços de alternativas lembrando o exemplo do parque verde de S. Pedro da Cadeira que é abastecido através de furo, relativamente à comunidade de patos referiu funcionam em modo selvagem e circulam nos dois espaços verdes da cidade onde podem nidificar - Parque Verde da Várzea e Choupal. Quanto à sua visita a Runa, esteve na Associação Oceanos Sem Plástico, visitou o parque que está ser cuidado pela Escola Agrícola e gostou do que viu, mas concorda que há sempre melhoramentos que podem ser feitos sendo nesse âmbito que cooperam com a junta de freguesia.-----

-----No âmbito das questões sobre a medicina intensiva informou que reuniu hoje mesmo com o Secretário de Estado da Saúde tendo ficado acordado criar um grupo de trabalho com o CHO e com o coordenador de todo o projeto da Medicina Intensiva da ARSLVT para começarem a desenvolver esta temática e também hoje chegou ao CHO uma missiva da Direção Geral do Tesouro, relativamente à autorização plurianual da despesa para a remodelação das urgências. ---

-----Sobre os lares ilegais que existem no concelho assinalou que de facto é um problema que estão a avaliar juntamente com a Proteção Civil Municipal, área social do município e a Segurança

Social no sentido de recolher informações e averiguar quais os que têm condições para se legalizarem e os que necessitam de serem encerrados. -----

-----No que respeita à retoma das atividades culturais, deu nota que têm vindo a realizar alguns eventos dentro das condições possíveis, tendo o programa Onda de Verão ocorrido este ano com um conjunto de atividades, assim como o Largo Co(n)vida e que o Festival Bang Awards será adiado por razões climatéricas, mas será realizado no fim de semana seguinte. Para além do referido estão em contacto permanente com os agentes culturais em cada uma das freguesias e com cada uma das associações do concelho para encontrar sinergias para desenvolver atividades culturais com os condicionalismos vigentes. Nesta área em fase final do mandato cabe-lhes cumprir o programa eleitoral estipulado, dentro dos condicionalismos e das disponibilidades financeiras do município, face à visão estratégica que têm para o concelho de Torres Vedras, com os pés bem assentes no chão.-----

-----Relativamente ao apoio de €30.000,00 atribuído à junta de freguesia da cidade para o aluguer de uma varredoura mecânica, esclareceu que resultou de diálogo permanente mantido com essa autarquia, no sentido de encontrarem soluções perante os problemas que vão surgindo no dia-a-dia. -----

-----Aludindo à intervenção do deputado municipal Pedro Castelo sobre o estudo, disse que o Conselho da Intermunicipal do Oeste deu a possibilidade às assembleias municipais de se pronunciarem sobre o caderno de encargos e fazerem chegar contributos, estando este assunto agendado para o próximo conselho, com vista ao lançamento do procedimento, tendo sido esse o entendimento de todos os municípios no sentido de ultimar este processo para que se dê mais um passo em frente para a construção do futuro hospital do Oeste----- .

-----No que se refere à intervenção do deputado municipal Sérgio Jacinto informou que a fiscalização das praias cabe à autoridade marítima, e que a cobertura por parte dos operadores dos dados móveis no concelho de Torres Vedras é de 90% e na cobertura da internet também. ----

-----Por último informou que de acordo com o próprio despacho cabe ao presidente da Câmara, ouvindo as forças de segurança e a autoridade local de saúde decidir sobre os horários, tendo o parecer sido elaborado pelo Serviço Municipal da Proteção Civil e por ele subscrito. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

2.1 - PROPOSTA N.º 21/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2018): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 3497 de 27/07/2020:-----

-----1 – Processo CT/505/2020 – Requerimento n.º CT/3832/2020 – Henrique Manuel dos Santos Miranda – parcela de terreno, situada na Rua do Miranda, n.º 1-A, em Casal do Neto, em Silveira, Freguesia de Silveira, com a área de 83,20m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 4207, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz, sob o artigo 113 secção “F”, da Freguesia de Silveira, para alargamento da Rua do Miranda, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 416,00, arredondado, nos termos do CIMI, para € 420,00. -----

-----2 – Processo CT/447/2020 – Requerimento n.º CT/3406/2020 – Selma dos Santos Sanches – 1 parcela de terreno, situada na Rua da Eira, na localidade de Cerca, Freguesia de Silveira, com a área de 225,00m², a retirar do prédio Urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 5690, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o artigo 9134, Urbana, para benefício da Rua da Eira, da Freguesia de Silveira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.125,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.130,00. ---

-----3 – Processo CT/410/2020 – Requerimento n.º CT/3122/2020 – José António Vieira – parcela de terreno, situada na Rua Miramar, em Vale Janelas, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 156,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3428, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz, sob o artigo 58, Secção “LL”, da mesma freguesia, para requalificação do arruamento público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 780,00. -----

-----4 – Processo CT/437/2020 – Requerimento n.º CT/3346/2020 – Maria do Carmo Miranda Moreira Crisóstomo – parcela de terreno, situada na Terra do Arneiro, Casal da Bica, em Bombardeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 200,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 8661, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz, sob o artigo 52, Secção “S”, da mesma freguesia, para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.000,00. -----

-----5 – Processo CT/294/2020 – Requerimento n.º CT/2393/2020 – Fernando José Ribeiro Alexandre – parcela de terreno, situada na Rua do Infantário, em Casas Novas, Freguesia de Silveira, com a área de 167,80m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 7578, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz, sob o artigo 8763-P, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 839,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 840,00. -----

-----6 – Processo CT/470/2020 – Requerimento n.º CT/3559/2020 – Amílcar Coelho Ventura – 3 parcelas de terreno, com a área total de 692,00m², situadas na Portela Nossa Senhora da Luz, em

Bombardeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, a retirar do a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2337, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz sob o artigo 7980, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), parcelas essas destinadas ao benefício da via pública, distribuídas da seguinte forma:-----

-----Parcela 1 (EM 562) – área de 33,70m²; Parcela 2 (Rua da Cruz) – área de 230,30m² e Parcela 3 (Rua do Alto da Mariana) – área de 428,00m², para as quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.460,00.-----

-----7 – Processo CT/387/2020 – Requerimento n.º CT/3008/2020 – Hélder Fernando Silvestre Marques – parcela de terreno, situada em Vale da Murta, nos limítrofes da localidade de Sobreiro Curvo, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 1.265,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 968, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz sob o artigo 124, Rústico, Secção “EE” da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 6.325,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 6.330,00.-----

-----8 – Processo CT/506/2020 – Requerimento n.º CT/3833/2020 – Francisco Mendes – parcela de terreno, situada na Rua Sacadura Cabral, em Paúl, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 467,00m², para alargamento da Rua Sacadura Cabral e da Rua João de Deus, a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 7751, da Freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago), e inscrito na matriz sob o art.º 13, Secção “Z”, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.335,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 2.340,00.-----

-----9 - Processo de obras OP/96/2016 – Requerimento OP/1418/2020 – Micaela Roque Fernandes - Parcela de terreno, situada na Rua dos Milagres, Aldeia Nossa Senhora da Glória, com a área de 585,43m² para alargamento de arruamentos, que será retirada do prédio urbano descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1872 da freguesia da Carvoeira e inscrito na matriz sob o art.º 2169, da União de freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz o valor de € 2.927,15.-----

-----Ofício número 3673 de 07/08/2020:-----

-----1 - Processo CT/466/2020 – Requerimento n.º CT/3533/2020 – Rita Joana Moreira Vieira – parcela de terreno, situada na Rua do Moinho, em Boavista, Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 43,60m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 9248, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz, sob o artigo 6681, da Freguesia da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira,

para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 218,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 220,00. -----

-----2 - Processo de obras ED 104/2020 - Requerimento ED 1435/2020 – Luís Miguel Epifânio Faustino - parcela de terreno, com a área de 38,89 m², situada na Rua da Liberdade, Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7876, da Freguesia de São Pedro e Santiago, e inscrito na matriz sob o artigo 9253 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para requalificação / realinhamento da Rua da Liberdade, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00 por m², o que perfaz um valor total de € 194,45, arredondado, nos termos do CIMI, passando para € 200,00. -----

-----3 - Processo de obras n.º ED/16/2020 – Requerimento n.º ED/291/2020 – Humberto Jorge Cabrita Franco – Parcela de terreno, com a área de 117,00 m² sita em Casal do Neto, Freguesia de Silveira, para requalificação da via pública, a ser retirada do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 9391 da Freguesia da Silveira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8368 da referida freguesia, à qual foi atribuída o custo unitário de €5,00 por m² o que perfaz o valor de €585,00, arredondado nos termos do CIMI para € 590,00.-----

-----4 - Processo de obras ED 188/2020 - Requerimento ED 2570/2020 – Carina Alexandra Martins Lourenço - Parcela de terreno, sita em Runa, com a área de 100,33m², que serão retirados do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1032, da Freguesia de Runa (extinta) e inscrito na matriz sob o artigo 35, Secção “G”, da Freguesia de Runa, (atual União de Freguesias de Dois Portos e Runa), para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00 por m², o que perfaz um valor total de € 501,65, arredondado nos termos para € 510,00.-----

-----5 - Processo de obras OP 83/2019 - Requerimento OP 4339/2019 – Luís Pedro Valentim Firmino - Parcela de terreno, sita no Casal do Outeirinho, Ventosa, com a área de 26,20m², que serão retirados do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5086, da Freguesia de Ventosa, e inscrito na matriz sob o artigo 5266, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, por m², o que perfaz um valor total de € 131,65, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 140,00. -----

-----Ofício n.º 4304 de 07/09/2020. -----

-----1 – Processo D4/53/2018 – Requerimento D4 8961/2018 – Joaquim Silvério – parcelas de terreno, situadas nas Brejenjas, freguesia de Silveira com a área de 853,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3980, e inscrito na matriz

respetiva sob os n.ºs 154 e 155, secção D, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 4.256,00, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 4.270,00, parcelas essas destinadas ao benefício da via pública, distribuídas da seguinte forma: ---

-----Parcela 1 - área de 422,00m² – a retirar do artigo 154 da Secção “D” e Parcela 2 - área de 431,30m² – a retirar do artigo 155 da Secção “D”.-----

-----2 – Processo C/ 621/2020 – Requerimento CT 4678/2020 – Tiago Miguel Santa Rita Simões de Pinho – parcela de terreno, situada na Rua dos Carrascais, n.º 19 – Póvoa de Penafirme, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 156,00m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5206, da Freguesia de A-Dos-Cunhados, e inscrito na matriz sob o n.º 6823, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 780,00, para benefício da via pública.-----

-----3 – Processo ED 562/2019 – Requerimento ED 10679/2019 – Virgínia da Conceição dos Santos Alves – parcela de terreno, situada no Casal Timóteo – Charneca, Freguesia de Silveira, com a área de 55,00m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5389, da Freguesia da Silveira, e inscrito na matriz sob o artigo 99, secção F, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 275,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 280,00, para benefício da via pública.-----

-----4 – Processo OP 99/2018 – Requerimento OP 3614/2020 – Amaro & Reis Construção Civil, Lda., parcela de terreno com a área de 27m², situada na Rua da Serra, n.º 10, Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para requalificação da via pública, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5246, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), e inscrito na matriz sob o artigo 2426, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 135,00, arredondado, nos termos do CIMI, para € 140,00.-----

-----5 – Processo ED 249/2020 – Requerimento ED 3035/2020 – Isabel Maria Bento Gigante Bandeira, parcela de terreno com a área de 11m², situada na Rua de Santo António em Ponte do Rol, Freguesia de Ponte do Rol, para a via pública, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2386, da Freguesia de Ponte do Rol, e inscrito na matriz sob o artigo 2708 - P, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 55,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 60,00.-----

-----6 – Processo ED 440/2019 – Requerimento ED 9205/2020 – Hugo André Franco Frutuoso Teodoro, parcela de terreno com a área de 95,30m², situada na Rua da Praia Azul, Casal do Zimbral, Freguesia de Silveira, para requalificação da via pública, a retirar do Prédio descrito na

Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 8295, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o artigo 9297, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 476,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 480,00. ----

-----7 – Processo CT 618/2020 – Requerimento CT 4660/2020 – Carla Sofia Domingos Santos Silva, parcela de terreno com a área de 158,00m², situada no Hilarião, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para o domínio público, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 4460, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), e inscrito na matriz sob o artigo 66 da secção U, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 790,00. -----

-----8 – Processo ED 480/2020 – Requerimento ED 9696/2020 – Ana Teresa Reis de Abreu, parcela de terreno com a área de 3,80,00m², situada na Rua Casal do Sobreiral, Ventosa, Freguesia de Ventosa, para requalificação da via pública, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3861, da Freguesia de Ventosa, e inscrito na matriz sob o artigo 4876, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 19,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 20,00.-----

-----9 – Processo 00 6542/1990 – Requerimento 00 9408/2019 – Luís Manuel Vicente Anacleto, parcela de terreno com a área de 536,00m², situada na Rua Terrado Sabão, em Casalinhos de Alfaiata, freguesia de Silveira, para cedência ao domínio público, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 303, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o artigo 4670, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 2.680,00.-----

-----10 – Processo ED 219/2020 – Requerimento ED 2770/2020 – João José Caetano Lourenço Pereira, parcela de terreno com a área de 527,00m², situada na Quinta da Zibreira, Zibreira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, para requalificação da via pública, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2748, da Freguesia de Carvoeira (extinta), e inscrito na matriz sob o artigo 2395, Secção P, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 2.635,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 2.640,00.-----

-----11 – Processo CT 436/2020 – Requerimento CT 3345/2020 – Rui Manuel Martinho Ferreira Dias, parcela de terreno com a área de 105,00m², situada na Rua da Serra, Monte Bom, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinados ao alargamento da via pública, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2544, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz sob o artigo 19, secção “N”, e nas

matrizes urbanas sob os artigos 2520 e 2522 da União de Freguesias e A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 525,00, arredondado, nos termos do CIMI, para € 530,00. -----

----- 12 – Processo ED 26/2020 – Requerimento ED 409/2020 – Alda das Neves Martins Francisco, parcela de terreno com a área de 255,00m², situada na Rua das Flores, em Campelos, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, para cedência ao domínio público, a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 841, da Freguesia de Campelos (extinta), e omissa na matriz, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 1,275,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1,280,00. -----

----- 13 – Processo ED 376/2019 – Requerimento ED 8265/2019 – António Pedro Fernandes Santos Ramos, parcela de terreno com a área de 163,40m², para requalificação da via pública, situada em Casais Larana, Freguesia do Ramalhal, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3278, da Freguesia do Maxial e inscrito na matriz sob o artigo 2006 da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 817,0, arredondado nos termos do CIMI, para € 820,00. -----

----- 14 - Processo de obras ED 116/2020 – Requerimento ED 1657/2020 – José Filipe Gomes Garcia, parcela de terreno com a área de 169,90m², situada na Rua Principal – Aldeia Nova, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3072, da Freguesia de Torres Vedras (S. Maria do Castelo e S. Miguel) e inscrito na matriz sob o artigo 9843 - P, da Freguesia de S. Pedro e Santiago, S. Maria e S. Miguel, e Matacães, para requalificação de arruamentos confinantes, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 849,50, arredondado nos termos do CIMI, para o valor a ser de € 850,00. -----

----- 15 - Processo de obras ED 421/2019 – Maria de Fátima Franco Alves Policarpo – parcela de terreno com a área de 160m², situada na Freixofeira, Freguesia do Turcifal, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1693, da Freguesia do Turcifal e inscrito na matriz sob o artigo 23.º da secção R, da referida freguesia de Turcifal, para arruamento, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 800,00.-

----- 16 - Processo de obras ED 67/2020 – Requerimento ED 917/2020 – Ermelinda da Conceição Alves Franco, parcela de terreno, com a área de 87,00m², para requalificação da via pública, situada nas Barrocas, Freguesia de São Pedro da Cadeira, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3399, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e omissa na matriz, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 435,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 440,00. -----

-----17 - Processo de obras ED 129/2020 – Requerimento 1751/2020 – Juliana Isabel Fernandes Dos Santos Filipe, parcela de terreno com a área de 75,50m², para requalificação da via pública, situada na Rua do Vicente, Cerca, Freguesia de Silveira, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8371, da Freguesia da Silveira, e inscrito na matriz respetiva sob o n.º 9394-P, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 377,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 380,00.-----

-----18 - Processo de obras ED 190/2020 – Requerimento ED2579/2020 – Hugo Ricardo Maurício Franco, parcela de terreno com a área de 43,40m², para requalificação do arruamento, situada na Rua dos Milagres, Aldeia de Nossa Senhora da Glória, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1294, da Freguesia da Carvoeira, e inscrito na matriz sob o n.º 62, Secção E, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 217,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 220,00.-----

-----20 - Processo de obras ED 195/2020 – Requerimento n.º ED 2625/2020 – Francisco da Cruz Branco da Silva, parcela de terreno com a área de 102,00m², para requalificação da via pública, situada na Rua dos Carrascais em Póvoa de Penafirme, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 9393, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz urbana sob o n.º 6859, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 510,00.-----

-----21 - Processo de obras ED 125/2020 – Requerimento ED 1701/2020 – Elvira de Jesus Faustino Nunes, parcela de terreno com a área de 182,00m², para requalificação da via pública, situada no Casal Novo do Pinheirinho, Vale Pereiro, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, a retirar do prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 1, Secção I, da Freguesia de Campelos e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 597, da Freguesia de Campelos (extinta), à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 910,00.-----

2.2 - PROPOSTA N.º 22/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2018):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoios às freguesias:-----

-----Ofício número 3675 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 07/08/2020 - deliberação do Executivo de 04/08/2020: -----

-----Junta de Freguesia da Ventosa - Atribuição de apoio financeiro para dar início aos trabalhos

para o Parque Verde e de Lazer da Freguesia - € 22.500,00.-----
-----Ofício número 4303 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 07/08/2020 - deliberação do Executivo de 07/09/2020:-----
-----Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 30.000,00 - Aluguer de uma varredora mecânica de modo a conseguir corresponder de modo mais eficaz aos trabalhos de limpeza urbana com que diariamente se depara, cujo pagamento deverá ser efetuado do seguinte modo:-----
-----€ 15.000,00 a pagar no 4.º trimestre de 2020 e € 15.000,00 a pagar no 1.º trimestre de 2021.--
-----União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - € 200.000,00 - Construção do Pavilhão Desportivo na Maceira, a pagar em prestações trimestrais e sucessivas de € 25.000,00 a iniciar-se em janeiro de 2021 com a seguinte distribuição temporal:-----
-----2021 - € 100.000,00 - 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª tranches (janeiro, abril, julho e outubro de 2021); 2022 - € 100.000,00 – 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª tranches (janeiro, abril, julho e outubro). -----
-----Junta de Freguesia do Turcifal: -----
-----€ 5.000,00 - Apoio psicológico para os alunos de pré-escolar e 1.º ciclo.” -----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - PROPOSTA N.º 43/CM/2020 - 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2020: -----

-----Presente ofício número 4301, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/09/2020, a informar que em sua reunião de 01/09/2020, tomando conhecimento da informação n.º 236/2020, de 25/08/2020, da Divisão de Recursos Humanos, que faz parte integrante do processo, e considerando o disposto na alínea o), do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e da alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, também ambos na sua atual redação, deliberou remeter a citada informação para apreciação e consequente deliberação relativa à 2.ª alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal aprovado para 2020 e definição do âmbito de recrutamento dos procedimentos concursais para preenchimento dos postos de trabalho aprovados no mapa de pessoal 2020.-----

-----Antes de dar a palavra ao plenário o presidente da Mesa fez uma breve apresentação dos dois pontos agendados em matéria de alteração ao mapa de pessoal.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse ter algumas questões relativas aos requisitos habilitacionais, tendo em conta que, tal como vem referido na informação da chefe de divisão de recursos humanos que acompanha a matéria, os mesmos foram indicados pelo dirigente de cada unidade orgânica em função das exigências de cada caso, mas há uma certa incoerência que o PSD não consegue entender, desde logo porque dependendo da unidade orgânica, há uns que

exigem licenciaturas e outras mestrado na área dessa licenciatura. Permanece a dúvida legal que esta diferenciação possa ser feita desta forma, atento o art.º 86 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que estipula os graus de complexidade funcional e não está definido em nenhum lado grau superior à da licenciatura, pelo que esta Assembleia deve ver clarificado este aspeto legal. -----

----O **presidente da Câmara** esclareceu que a disposição legal citada pela deputada dá a possibilidade à Câmara Municipal de solicitar grau superior, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 36.º e foi dentro desse quadro e para possibilitar a valorização dos técnicos na administração pública a nível dos requisitos habilitacionais no que diz respeito a mestrados e doutorados, que foi coordenado com os chefes de divisão. -----

----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação. -----

----A Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 4 do art.º 30 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas deliberou por maioria de 32 votos a favor, 8 abstenções e 3 votos contra, aprovar a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para 2020 e abertura de procedimentos concursais. -----

----Anota-se que se abstiveram, Sérgio Jacinto, Dina Almeida, Nuno Henriques, Ana Fiéis e Paulo Valentim e votaram contra Rita Sammer, Luís Carlos Lopes e António Moreira. -----

----**Declaração de voto do PSD:**-----

----“Declaração de voto vai no sentido de sinalizar as nossas dúvidas relativamente a esta interpretação porque efetivamente o anexo que define as carreiras gerais na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas no que diz respeito aos técnicos superiores não faz nenhuma referência à habilitação superior à licenciatura, o que não é o mesmo de dizer em outras carreiras e não as carreiras gerais. Têm as maiores dúvidas nesta questão, parece-lhes que isto de forma casuística não valoriza o trabalho os recursos humanos e é nesse sentido que discordamos neste aspeto concreto do ponto que está em discussão. É incoerente, não se percebe o alcance e parece-lhes uma decisão casuística que em nada enobrece um concurso com estas características e para estes fins.”-----

4 - PROPOSTA N.º 50/CM/2020 - 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2020:-----

----Presente ofício número 4542, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/09/2020 a informar que em sua reunião de 15/09/2020, tomando conhecimento da informação n.º 251/2020, de 09/09/2020, da Divisão de Recursos Humanos, que se anexa e, considerando o disposto na alínea o), do n.º 1. do art.º 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e da alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, ambos na sua atual redação, deliberou remeter a citada informação para apreciação e consequente deliberação relativa à 3.ª alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal

aprovado para 2020 e requisitos para preenchimento dos postos de trabalho aprovados na alteração ao mapa de pessoal 2020 e determinação do âmbito do recrutamento no caso de abertura de procedimento concursal.-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 4 do art.º 30 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas deliberou por maioria de com 1 abstenção aprovar a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para 2020 e abertura de procedimentos concursais.-----

-----Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto.-----

5 - PROPOSTA N.º 49/CM/2020 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE RESÍDUOS URBANOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 3674, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7/08/2020, a informar que na sequência da deliberação da Assembleia Municipal, em 30/06/2020, realizada no âmbito da sessão ordinária iniciada em 29/06, foi aprovada a criação de um serviço municipalizado de gestão de resíduos urbanos e a sua integração na estrutura orgânica dos SMAS e, conseqüentemente foi também aprovada a alteração da Estrutura Orgânica dos SMAS, traduzida na alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis para 6 e de subunidades orgânicas para 15, passando a constar na mesma uma nova unidade orgânica flexível, designada por Divisão de Resíduos Urbanos, tendo o Conselho de Administração, em sua reunião de 14/07/2020, deliberado proceder à abertura de procedimento concursal para recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau para Chefe da Divisão de Resíduos Urbanos e nesta sequência, a câmara em sua reunião de 04/08/2020, sob proposta do Conselho de Administração dos SMAS TV, propor à Assembleia Municipal, a designação do Júri do procedimento, nos seguintes termos: Presidente: Diretora Delegada, em regime de substituição, Sandra Pedro - Vogais: Pascoal de Almeida, Chefe da Divisão de Exploração de Água e Saneamento; Regina Nifrário Tavares, Chefe da Divisão Administrativa, em regime de substituição - Vogal Suplente: Afonso Umbelino, Chefe da Divisão de Construção e Manutenção de Infraestruturas, em regime de substituição.-----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade aprovar a seguinte composição: Presidente – Diretora delegada, em regime de substituição, Sandra Pedro; Vogais – Pascoal de Almeida, chefe de divisão de exploração de Águas e Saneamento e regina Nifrário Tavares, chefe de divisão administrativa, em regime de substituição; Vogal Suplente – Afonso Umbelino, chefe de divisão de construção e manutenção de Infraestruturas, em regime de substituição.-----

6 - PROPOSTA N.º 46/CM/2020 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA O PERÍODO DE 2020 A 2022 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 3495 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 27/07/2020 a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo na sua reunião de 21/07/2020, ofício dos SMASTV S00660-202007-OF-00472-DA, datado de 15/07/2020, referente ao procedimento em título para autorização da repartição de encargos, da despesa plurianual conforme abaixo se indica, com efeitos à data de 28/06/2020, uma vez que o contrato em vigor, em termos temporais, terminou no passado dia 27 de junho e como tal não houve possibilidade de, em tempo útil, submeter o assunto a autorização prévia do órgão deliberativo, sendo o valor estimado do contrato - € 262.619,08 repartido da seguinte forma 2020 – 6 meses - € 65.654,77 + IVA - 2021 – 12 meses - € 131.309,54 + IVA - 2022 – 6 meses - € 65.654,77 + IVA. -----

-----Não se registaram intervenções, passando-se de imediato à votação: -----

-----Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto - Lei n.º 197/99 de 08/06, na sua atual redação, autorizou por unanimidade, a repartição de encargos para - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para o período de 2020 a 2022 - serviços municipalizados de água e saneamento da seguinte forma: 2020 - €65.654,77+IVA, 2021 - €131.309,54 +IVA e 2022 - €65.654,77 + IVA – valor global de €262.619,08. -----

7 - PROPOSTA N.º 44/CM/2020 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO CAMPO DE FÉRIAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 4300 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2/09/2020 a remeter proposta de regulamento em título de conformidade com o deliberado por unanimidade pelo executivo em sua reunião ordinária de 01/09/2020. -----

-----Tendo o plenário manifestado algumas dúvidas sobre a redação do regulamento e obtido o consenso de todos os grupos municipais e do Presidente da Câmara a Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade retirar o regulamento para análise e propor à câmara municipal o melhoramento no seu geral.-----

8 - PROPOSTA N.º 45/CM/2020 – REGULAMENTO MUNICIPAL DA GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 4302, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7/09/2020 a remeter a proposta de regulamento em título em conformidade com o deliberado por unanimidade pelo executivo, em sua reunião ordinária de 01/09/2020.-----

-----O **presidente da Câmara** apresentou o regulamento em apreço, que decorre do processo de descentralização de competências na Câmara Municipal, para o qual foram ouvidos os agentes

locais e vem à assembleia para aprovação após discussão pública nos termos legais.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* interveio no sentido de introduzir em nome do Grupo Municipal do PS uma proposta de alteração, dando voz a alguma preocupação no que se refere à utilização de animais nas praias. -----

----- **Proposta de alteração do GMPS:**-----

-----“No respeitante à proposta de regulamento Municipal de Gestão das Praias Marítima do Municipal de Torres Vedras” no referente ao **art.º 14.º**, propõe-se a seguinte alteração: -----

-----1, h) Uso de animais para fins recreativos, culturais ou desportivos dentro de água e no areal das áreas concessionadas;”-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que as suas dúvidas tinham a ver com os critérios de classificação definidos, não conseguindo perceber como se faz a sua aplicação desde logo porque se fica com a ideia de que para cada critério – A Índice de promoção local – B Índice de antiguidade – índice de segurança - os candidatos podem receber 1,2 ou 3 valores. Para além disso, nos fatores de desempate parece-lhe que o fator de desempate 1 já está incorporado no critério de classificação do índice de antiguidade e também não lhe parece bem o fator 2, quanto ao currículo do responsável da escola pois não estão definidos os critérios para avaliação do currículo mas o fator 3 é objetivo e seria suficiente. -----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* também se pronunciou sobre o regulamento em apreço, manifestando algumas dúvidas, concretamente no art.º 4.º – licenciamento de eventos recreativos, culturais, desportivos e cerimónias - não está claro nos procedimentos a salvaguarda de uma análise de risco ambiental e danos para o ambiente; no art.º 5.º – filmagens - não está clara a salvaguarda da privacidade; art.º 6.º – ocupação do PDM – não se clarifica uma obrigatoriedade de parecer ambiental para qualquer estrutura; art.º 7.º - venda ambulante – só o concessionário o pode fazer na época balnear na sua frente de praia e porque não outra venda ambulante devidamente legalizada de produtos não concorrentes ao concessionário ou se é restrita a produtos alimentares e se assim for justifica-se ser o concessionário, mas o articulado peca por omissão e por último quanto ao art.º 14.º também tinham dúvidas que já foram esclarecidas com a proposta de alteração do PS. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* também aludiu ao art.º 7.º opinando que o mesmo devia ser mais trabalhado e quanto ao art.º 5.º, a questão da privacidade das filmagens devia ser muito bem visto, especialmente a alínea d) do n.º 2 quanto à captação de imagens com o uso de drones Para além do referido acha que o regulamento peca por muitas lacunas e pensa que irão aprovar um mau regulamento. -----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* fez notar que o grupo municipal do PS considera que o regulamento está em condições de ser aprovado, sem embargo de melhorias que a sua

colocação prática lhes indique, pensando que não podem estar a adiar só por adiar e por em causa o normal funcionamento dos serviços da autarquia. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que fazem sentido pequenas alterações como fez o Grupo Municipal do PS mas não alterações profundas, lembrando tem muitos pedidos de licenciamento ao longo do ano e fora da época balnear para múltiplas atividades nas praias que carecem de regulamentação, tendo sido uma das razões pela qual o regulamento surge, um número crescente de escolas de surf a requer licenciamento e quanto à venda ambulante informou que esta matéria foi muito trabalhada junto dos concessionários. -----

-----Assim, pensa que com um ou outro ajuste está em condições de ser votado pela Assembleia Municipal e com a experiência, então melhorar o regulamento. -----

-----Pedi de novo o uso da palavra o *deputado municipal* **Pedro Castelo** para fazer notar que não percebe a razão de um concessionário quando se candidata a uma concessão ter de fazer uma memória descritiva, tal como refere a alínea a) do ponto 2 do art.º 7.º para venda ambulante na sua frente de praia, o que acha ridículo. Pensa que vão ficar conhecidos como o concelho que exige uma memória descritiva para venda ambulante e deste modo o CDS-PP irá votar contra este regulamento mal elaborado, mal estruturado e que não lhe parece que seja o melhor para o município de Torres Vedras. -----

-----A *deputada municipal* **Rita Sammer** disse que o PSD também era favorável à possibilidade de poder rever este regulamento tanto mais que se comparem a importância relativamente ao do Campo de Férias não são comparáveis e tem algumas questões de opção política, mas se forem votar as suas dúvidas prendem-se com os critérios já referidos na sua intervenção anterior que têm que ser retificados. -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro** disse entender medidas de proteção aos concessionários e parece-lhe normal que se discrimine o que o vendedor ambulante vai vender, para seu conhecimento e que não constitua problema. Poderá haver outros argumentos para adiar a aprovação do regulamento, mas este não colhe. Não lhe parece um regulamento complicado, lembrando que o mesmo já foi alvo de discussão pública, pode sempre ser melhorado e tendo em conta a necessidades de licenciar de atividades fora da época balnear, deve haver bom senso e rapidez na aprovação do mesmo. -----

-----Concluídas as intervenções e não tendo chegado à mesa nenhuma proposta de adiamento o **presidente da Mesa** colocou à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS. -----

-----A Assembleia Municipal aprovou por maioria de 35 votos a favor e 5 abstenções de PCP, BE e CDS, a proposta do PS acima transcrita. -----

-----Passou-se de seguida à votação global do regulamento: -----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do

artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria, 26 votos a favor, 11 abstenções e 3 votos contra, aprovar o regulamento em título, com a seguinte alteração ao art.º 14.º, n.º 1, alínea h), que passa a ter a seguinte redação – “Uso de animais para fins recreativos, culturais ou desportivos dentro de água e no areal das praias concessionadas.”-----

-----Anota-se que votaram contra Pedro Castelo, João Pedro Gomes, e João Rodrigues e se abstiveram Teresa Oliveira, Paula Mota, Sérgio Jacinto e os deputados municipais do PSD, com exceção de Pedro Bernardes que votou a favor como o grupo municipal do PS.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Tendo-se chegado à hora regimental para o encerramento da reunião e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 30 de setembro pelas 21.00h, em nova reunião, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020:-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

-----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Cláudia Sónia Horta

Ferreira-----

-----Faltaram os presidentes de junta Nuno Carlos Lopes Pinto e Francisco João Pacheco Martins.

-----Depois da abertura da sessão **o primeiro secretário** deu nota que o Presidente da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões tinha através de *mail* informado a sua ausência devido à realização nesta mesma noite da Assembleia de Freguesia e que continuava em substituição da deputada municipal Susana Neves, Artur Narciso.-----

-----O **presidente da Mesa** fez uma antevisão da metodologia dos trabalhos previstos para a reunião relativamente às moções e ao relatório da COVID-19 e informou que ao abrigo do n.º 2 do art.º 55.º do regimento da Assembleia Municipal os serviços receberam um pedido de aditamento à ordem de trabalhos, do assunto abaixo indicado, que tinha sido deliberado pelo executivo no dia anterior, e atendendo à urgência na adjudicação dos serviços em causa, colocou à consideração do plenário tendo o mesmo deliberado por unanimidade a sua admissibilidade.-----

-----“Autorização para repartição de encargos - Aquisição de serviços de professores para dinamização de atividades de enriquecimento curricular e coadjuvação da educação física no 1.º ciclo – ano letivo de 2020/2021.” -----

1 - PROPOSTA N.º 19/AM/2020 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES - CONTINUAÇÃO:-

-----O primeiro secretário da Mesa António Fortunato leu as moções recebidas para discussão neste ponto, sem prejuízo dos seus proponentes fazerem a sua apresentação. -----

“MOÇÃO - SUPLEMENTO DE INSALUBRIDADE, PENOSIDADE E RISCO:------

-----“O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.-----

-----Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-lei n.º 53-A/98, de 11 de março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem, no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida. -----

-----A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação. -----

-----No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração

local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos sectores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da COVID- 19. -----

-----O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. -----

-----É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida a 28 de setembro 2020 reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência.-----

-----Delibera-se ainda, dar conhecimento da presente moção à Assembleia da República. -----

-----Torres Vedras, 28 de setembro de 2020. -----

-----Grupo Municipal do Partido Comunista Português”. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* recordou que este assunto assume maior pertinência uma vez que têm neste momento a integração da recolha de RSU nos SMAS, recordando também que não estão a observar melhorias no serviço que está a ser prestado à população nomeadamente quer na recolha quer na limpeza dos contentores. Também assinalou que a falta de trabalhadores foi identificado como um fator a corrigir no relatório do estudo que serviu de base à tomada de posição para esta integração nos serviços, para o qual solicitou alguma explicação ao edil. -----

-----Do ponto de vista da moção e independentemente da forma, interessa ao PSD o conteúdo, estes trabalhadores são essencialmente pessoas com vencimentos baixos parecendo-lhes que o pagamento deste suplemento de risco seria da mais elementar justiça, pelo que vão votar a favor.-

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez notar que sobre o conteúdo e o alcance da moção o TnL é favorável, até porque como disse a colega que o antecedeu essencialmente se trata de trabalhadores muitos expostos e com remunerações muito diminutas e insipientes. -----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* deu nota que é de justiça no sentido de acompanhar a lei vigente nesta área há alguns anos a esta parte e também atendendo às profissões em causa para as quais este suplemento é uma forma mínima de compensar tarefas árduas, insalubres normalmente levadas a cabo por a gente humilde que não tem a compensação devida.-----

-----Face ao exposto o grupo Municipal do PS concorda com a moção, lembrando que a Câmara Municipal já tomou posição nesta matéria no sentido de se vir a regulamentar este suplemento. ----

-----O *presidente da Câmara* relativamente ao pessoal dos SMAS, informou que está a decorrer um processo de recrutamento para criar duas equipas para lavagem de contentores, para as quais faz votos que tenham candidatos para que o serviço comece a funcionar regularmente já no final

do mês de outubro. -----

---- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção do deputado municipal Nuno Henriques, aprovar a moção em título. -----

MOÇÃO – TRANSPORTES RODOVIÁRIOS: -----

---- “Sentindo a preocupação crescente que os cidadãos do Concelho de Torres Vedras têm vindo a manifestar na questão vital dos transportes, o Grupo Municipal do CDS apresenta a seguinte Moção tendo em conta os considerandos abaixo descritos. -----

---- Considerando que a temática da mobilidade e transportes merece um cuidado e importância cada vez maior de parte do poder autárquico, não apenas na lógica da regulação do serviço prestado, mas também na busca do aperfeiçoamento dos problemas existentes; -----

---- Considerando que começou o ano escolar e que com ele é imperativo uma rede de transportes públicos e escolares de enorme eficiência; -----

---- Considerando que noutros municípios do País, a rede de transportes públicos já atingiu a sua plenitude, ou seja, os 100%, e que em Torres Vedras o mesmo não se verifica; -----

---- Considerando que tem existido inúmeras queixas de pais, desesperados com a falta de horários que prejudica gravemente o transporte dos seus filhos; -----

---- Sendo assim, o Grupo Municipal do CDS vêm requerer à Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida na sua sessão ordinária de 28 de setembro de 2020 o seguinte: -----

---- a) Que a Câmara Municipal tenha uma postura mais ativa com a empresa Barraqueiro procurando sensibilizar a mesma para que sejam encontradas alterações a horários que não servem os torrienses; -----

---- b) Que na OesteCIM, autoridade máxima sobre os transportes rodoviários, a Câmara Municipal pugne por uma atitude mais objetiva no que concerne à defesa dos interesses dos munícipes torrienses na questão dos transportes rodoviários. -----

---- O Grupo Municipal do CDS da Assembleia Municipal de Torres Vedras”. -----

---- Depois de uma breve apresentação pelo deputado municipal Pedro Castelo foi dada a palavra ao plenário para se pronunciar sobre a moção em epígrafe. -----

---- O *deputado municipal António Carneiro* começou por questionar o proponente da moção se tinha alguma gravação da intermunicipal que prove que o presidente da Câmara não tem sido objetivo nesta matéria, porque as duas propostas são quase semânticas e subjetivas, não percebendo o que significa ser mais ativo e por esta razão não pode votar a favor. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* pese embora também lhes pareça que a exposição está um pouco vaga na forma como explanou o objetivo, percebe-se claramente o que se pretende. Para além disso na reunião de segunda-feira esta questão foi abordada e tem sido abordada

sucessivamente desde que se iniciou a fase de desconfinamento porque não estão a perceber que as respostas estejam a existir e se estivessem a ver uma evolução positiva esta não era uma matéria tão recorrente no plenário.-----

-----Reforçou que a questão dos transportes foi novamente trazida na segunda-feira com alguma acutilância e com reconhecimento pelo edil de que há algum trabalho a fazer, parecendo-lhe tal como disse o edil, que é preciso estabilizar a oferta pois houve uma redução de 60% de utilizadores. Acredita que tenha havido uma diminuição da procura em 40%, mas se a oferta não voltar aos índices que tinham, nunca mais se resolve este problema. Também é verdade que desde maio se sabia que o ano escolar iria arrancar em regime presencial, antecipando-se que seria com desdobramento de horários, parece-lhe que há alguma inércia e uma certa entropia neste sistema, e tendo em conta que a Assembleia deliberou transferir competências para a OesteCIM, essa centralidade não está ter o impacto positivo que esperavam, sendo nesse sentido que uma moção com este objeto faz sentido por sinalizar o descontentamento e que é necessário desenvolver trabalho.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** lembrou o colega que aquando da discussão da questão dos passes o CDS-PP trouxe duas moções, que foram chumbadas, mas que na altura já traduziam a preocupação pelas desigualdades entre a Mafra e Torres Vedras, tendo sido um assunto muito debatido e a seu propósito criada uma comissão da Assembleia Municipal, pensando que contribuiu, para melhorias muito significativas. -----

-----Assim, como não tem nenhuma gravação pois não faz parte do Conselho da Intermunicipal deu nota que hoje mesmo solicitou informação à Câmara Municipal sobre os contratos que vigoram atualmente com a empresa Barraqueiro, vigência dos mesmos nomeadamente da data de entrada em vigor e dos seus termos, saldos contabilísticos dos anos de gerência de 2018 e 2019 e extratos de contas com faturas por liquidar á presente data, recebendo do edil missiva de que iria pedir resposta à autoridade de transportes. -----

-----Nesta sequência questionou se há algum problema em tornar público estas respostas, lembrando que a empresa Barraqueiro, no concelho é praticamente monopolista, sendo estas questões que o plenário gostaria de ver explicadas e ainda de saber com muita objetividade o que se anda a fazer a sério para as resolver pois estão preocupados com uma questão real.-----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro** disse que a resposta do colega não defendeu o texto da moção e veio introduzir à discussão questões pertinentes colaterais, que devem ter resposta, mas agora, neste assunto, têm que ser objetivos. Compreende a preocupação, é solidário e é evidente que todos querem melhorar a rede de transportes, mas também não viu reclamações e a Barraqueiro também nada diz. A moção tem que ser objetiva e tem de ter um peso institucional com o qual o seu texto não se coaduna. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* alertou que para além da questão de forma, escamotear o problema não os ajuda, pois não só há muitas queixas como a autarquia tem conhecimento das mesmas não só por parte dos pais, acreditando no esforço que a está a fazer para resolver este problema, mas do ponto de vista munícipes tiveram conhecimento de uma petição, que não reuniu o número mínimo de assinaturas para ser agendada, a assinalar o problema dos transportes, que tem sido repetidamente trazido ao plenário porque é um problema objetivo. Andam a ouvir falar do transporte a pedido há muito tempo e como não vêm nenhum desenvolvimento concreto nem nenhuma resposta concreta, a moção faz sentido. -----

-----Ouvindo os intervenientes o *presidente da Mesa, José Augusto de Carvalho* interveio no sentido de sugerir que os proponentes reformulassem a moção no sentido de não focalizar na autarquia que está a fazer o que pode e não tem competências na matéria e ao invés responsabilizar e censurar até publicamente a empresa Barraqueiro que não está a prestar um serviço público.-----

-----O *deputado municipal João Pedro Gomes* disse que não via problema em reformular a moção, mas não valia a pena tentar escamotear um problema que existe e é evidente, do qual as pessoas se queixam todos os dias. Para além disso todas as moções que o CDS apresenta neste âmbito o PS chumba, e no caso concreto falam do edil porque ele foi o eleito pelos torrienses para defender os seus interesses, rejeitando quanto à aliena b) que seja semântica.-----

-----Face à questão em discussão o *deputado municipal Rui Prudêncio* lembrou que têm uma Comissão Permanente de Mobilidade à qual chegou um documento com o título de petição, que na verdade não o é porque não reúne as assinaturas, alertando sobre constrangimentos nos transportes públicos no concelho, tendo sido entendimento que irão elaborar relatório - da situação do transporte público no concelho e com base no mesmo estará disponível para discutir o assunto e colocar pressão a quem de direito. Agora ainda não tem dados e não conhece quais são os outros concelhos que têm a rede de transportes na sua plenitude e se o proponente tem conhecimento devia ter explanado na moção. -----

-----Prosseguiu lembrando ao deputado Pedro Castelo que faz parte da Assembleia Intermunicipal do Oeste, e nessa qualidade tem toda a legitimidade para questionar o presidente desta intermunicipal sobre todas as questões relacionadas com a autoridade de transportes, para além de não perceber porque não o faz e transfere para o presidente da Câmara. -----

-----Reafirmou que é uma moção absolutamente subjetiva, sem dados e não sabe se estas coisas estão no terreno, pois à comissão só chegou uma carta sobre a questão e no plenário têm relatos avulsos e assim vão elaborar o relatório com base no qual irão colocar pressão, se for necessário.

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse que não é muito a favor das comissões que tentam trabalhar mas são improdutivas e pouco se faz. O problema em causa é urgente, a

Barraqueiro é um monopólio, mente, é estado dentro de um estado e faz o que quer, estão todos a apoiar o presidente da Câmara nesta luta mas concorda que tem que haver mais pressão. -----

-----O *presidente de junta da união de freguesias de Dois Portos e Runa, **João Tomaz*** pediu a palavra para testemunhar que nem tudo é mau e para alertar que de início deparou-se com muitos problemas a nível dos transportes escolares porque não houve colaboração entre os agrupamentos e a Barraqueiro, devido ao desfasamento de horários que foram elaborados nas escolas, incompatíveis com as redes de transportes existentes, sendo necessário tempo para que todos os envolvidos se adaptem. Felizmente que já tem mais de 50% dos problemas resolvidos na freguesia que preside, pelo que estar a pairar que nada foi feito mas não é verdade.-----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal **Pedro Castelo*** relativamente à intervenção do colega Rui Prudêncio incitou-o a ser objetivo e dissesse ao plenário quando foi a última reunião da intermunicipal, pois não foi nenhuma realizada desde o início das aulas mas obviamente que colocará questões na altura própria. Referiu que não alteram a moção, vai a votos como está, e o PS pode chumbá-la como chumbou as outras que virá novamente talvez com dados mais objetivos. -----

-----O *deputado municipal **Sérgio Jacinto*** registou que antes da COVID-19 já havia problemas de transportes públicos no concelho principalmente nas deslocações das aldeias para a cidade e entre as próprias aldeias, que se agravou com a pandemia. O acesso à cidade de Torres Vedras tem várias lacunas e faz com que os alunos estejam muito tempo à espera. Para além disso a Barraqueiro tem critérios empresariais que poderão não se coadunar com as necessidades dos alunos. O edil e os demais órgãos da autarquia têm interesse e devem zelar e pugnar pelo bom serviço e por tudo o que se passa no município, pois os transportes públicos para os alunos são tão importantes para o ensino presencial, como são os equipamentos informáticos e o acesso à internet para o ensino não presencial, no sentido de não haver mais desigualdades. Concluiu convidando o plenário a passar ao lado da forma da moção e sinalizarem o facto de os transportes públicos no concelho não funcionarem como é desejável.-----

-----O *deputado municipal **António Carneiro*** defendeu que não escamoteou o problema, tendo tido o cuidado de dizer que estava solidário com as preocupações, mas o deputado Pedro Castelo facilitou o seu voto contra ao dizer claramente que não mudarão uma linha e que na próxima sessão trarão outra vez, portanto é o combate ao presidente da Câmara que está em causa. Não sendo uma questão de semântica, mas por não ser objetiva.-----

-----A *deputada municipal **Paula Mota*** interveio para salientar que é um problema de todos, não é estar contra o presidente da Câmara ou contra à Câmara Municipal e que devia ser um trabalho conjunto. Quem vive nas aldeias não pode muitas vezes contar com os transportes públicos, dando nota que na Carvoeira em pandemia não se conseguia vir trabalhar às 8.00h e regressar a

casa às 19.00h já não falando de quem estuda à noite.-----

----Acrescentou que se trata de uma questão mais abrangente, anterior à COVID-19 e que condiciona o desenvolvimento das aldeias, fazendo com que cada vez mais se utilize transporte próprio, lembrando o que isso acarreta em termos de poluição.-----

----Reafirmou que o desfasamento de horários não resultou em termos de transportes públicos e os agrupamentos escolares deviam todos praticar os mesmos horários de entrada e saída para que as empresas ajustem os seus em conformidade. Como última nota disse que a Boa Viagem também presta serviço no concelho, não é só a Barraqueiro, o que deve ser tido em conta.-----

----Usando novamente da palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* exigiu que ninguém colocasse em dúvida que o PS exige e exigirá sempre de todos os operadores do concelho o melhor serviço para os torrienses, mas quer falar com esses operadores com dados concretos, para poder exigir aquilo que está em falta, pois é um assunto demasiado importante para andarem num combate político com as palavras.-----

----Dirigindo-se ao colega Luis Carlos Lopes lamentou a desvalorização que fez das comissões da Assembleia municipal, lembrando que a da mobilidade deu frutos que foi o PART, e ao colega Pedro Castelo lembrou que última assembleia intermunicipal se realizou no dia 25 de junho, mas isso não impede os seus membros de questionar o órgão.-----

----O *deputado municipal Artur Narciso* disse olhar para este debate com alguma preocupação porque já não era a primeira vez que tratavam de assuntos muito importante com alguma leveza e quase com algum clubismo. Para além do referido, o edil e os que os rodeiam têm feito tudo junto da Barraqueiro para resolver esta situação, lembrando que não podem, por causa da pandemia, ter todos os estudantes a sair à mesma hora, sendo essa a razão da diversificação de horários, pelo que devem apoiar o presidente da Câmara dando-lhe mais argumentos para fazer mais, para poder trabalhar, e não fazer pedidos vazios sem qualquer estrutura e sem qualquer dado concreto.

----Foi de seguida dada a palavra ao *presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos:-----

----O edil começou por repetir que ele e os colegas presidentes de Câmara da OesteCIM tiveram uma reunião com a administração da empresa Barraqueiro, com o objetivo de restabelecer a normalidade, para a qual é determinante a retoma dos transportes públicos, tendo esta empresa ficado ciente dos problemas que existem e a situação ter ficado clarificada. Precisam de perceber dados do que não está bem, para os resolver com objetividade, situação a situação.-----

----Relativamente aos transportes escolares deu nota que receberam cerca de 30 reclamações de encarregados de educação, das quais cerca de 90% já estão resolvidas e esperam estabilizar todo o modelo o mais rapidamente possível em diálogo. Deste modo também precisa que os deputados municipais indiquem objetivamente qual a linha que tem problemas, para irem, caso a caso

resolvendo cada problema, mas se assim não for, dificilmente será feita a retoma deixando também a nota que já há mais confiança na utilização dos transportes públicos, se bem que territorialmente e em Portugal ainda há um longo caminho a percorrer nesta área. -----

---- Concluídas as intervenções passou-se à votação: -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria reprovar a moção em título com 23 votos contra 1 abstenção e 14 votos a favor. -----

---- Anota-se que se absteve Pedro Bernardes e votaram a favor, PCP, CDS-PP, TnL, BE e PSD.

2- PROPOSTA N.º 20/AM/2020 – CONTINUAÇÃO: -----

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS SOBRE O CORONAVIRUS (COVID-19): -----

---- Presente relatório em título datado de 28/09/2020. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* começou por sugerir para relatórios futuros incluir um capítulo com as medidas ou ações vindouras que estão em programação, uma vez que na reunião de segunda-feira o edil deu algumas notas, mas fica sempre vago oralmente. -----

---- Passou de seguida a dar nota de alguns aspetos que preocupam o grupo municipal do PSD, referindo-se concretamente à página 29 do relatório onde consta o apoio do município à educação, através de cedência temporária de computadores e acessos à internet, tendo presente que o Executivo aprovou hoje uma candidatura para o reforço da escola digital, de 250 computadores para entregar aos alunos, e uma vez que já têm alunos em casa por causa da COVID-19 sendo uma possibilidade terem ensino à distância questionou o que se tem em mente para resolver a questão. -----

---- Prosseguiu dando nota que foi publicada a Portaria n.º 586-A que permite a contratação de 1500 assistentes operacionais, sendo esta uma questão que os preocupa porque há data o município não tem condições para objetivar a substituição de assistentes operacionais que fiquem de baixa, questionando sobre este assunto e por último solicitou que fosse corrigido no relatório a menção da campanha “regresso às aulas seguro” não crendo que tenha ocorrido como está indicado no mesmo. -----

---- O *deputado municipal Nelson Aniceto* desde logo referiu que o relatório vem na continuidade dos dados que têm vindo a ser apresentados, e também refere o programa de apoio extraordinário que previa várias medidas no montante de 2,4 milhões de euros para além de investimento no valor de 1,5 milhão de euros. Assim volvidos 6 meses e tendo em consideração que algumas já cessaram, questionou quais os efeitos e qual a avaliação do referido programa e se há entendimento para a necessidade de implementar algumas medidas adicionais. -----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* saudou o presidente da Câmara pelo relatório em discussão, no qual se nota uma evolução desde que começou a ser elaborado em março, que não

sendo perfeito é bastante positivo, e questionou sobre a possibilidade de quinzenalmente ser disponibilizada informação de forma digital através da mesa da Assembleia. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* iniciou a sua intervenção parabenizando o presidente da Câmara e o município pelo desempenho positivo que têm tido nesta pandemia, nova incerta e que todos desconheciam, sem saber até quando vão estar a conviver com a mesma. -----

-----Analisando o relatório questionou sobre a evolução dos surtos ativos no concelho – Lar Nossa Senhora da Luz nas Paradas e Igreja Evangélica de Torres Vedras - uma vez que o relatório em discussão já tem três dias e também acerca da disseminação da pandemia na comunidade migrante que labora na agricultura, em concreto da indiana.-----

-----Deu nota também que o relatório refere a criação de uma rede de voluntários, pela delegação de Torres Vedras da Cruz Vermelha em articulação com o SMPC, que conta com 149 inscritos à data, inquirindo se é aposta do município ir melhorando nesse sentido. Registou ainda com agrado o apoio da autarquia à educação com aquisição de computadores e acesso à internet sendo importante perceber se este apoio é estrutural ou conjuntural, ou seja extensível no tempo.-----

-----Continuou e reportando-se à redução do IMI para 2021 para habitações próprias e permanentes, indagou se é para todos ou só para alguns, se o prolongamento das isenções, designadamente para a hotelaria e restaurantes pode de alguma forma ser prolongado por mais algum tempo e ainda se relativamente às novas esplanadas é possível o aumento dos espaços existentes.-----

-----Teve palavra o *presidente da Câmara* indicando que o relatório em análise faz um resumo das atividades desenvolvidas em articulação com as várias entidades, juntas de freguesia comunidades educativas, segurança social, bombeiros e associações do concelho, ou seja com a comunidade torriense e faz a monitorização diária da pandemia.-----

-----Dirigindo-se à intervenção da deputada municipal Rita Sammer informou que podem trabalhar um capítulo de acordo com o solicitado. Quanto à candidatura dos computadores referiu que são para empréstimo tal como foi feito no final do ano letivo passado, e no que respeita às assistentes operacionais as equipas estão em formação para, se houver necessidade de substituição, cumprir os planos de contingências elaborados para cada escola.-----

-----Relativamente ao programa de apoio extraordinário, referiu que está em execução, com um conjunto de medidas robustas, das quais hoje algumas terminam com um índice de implementação de 85%, e vão avaliar para perceber se há necessidade de reforço. Têm a perceção que foi um programa bem aceite pela comunidade, as medidas foram bem implementadas, mas à data sem todos os dados apurados não sabem aferir. -----

-----Agradeceu as palavras de reconhecimento do deputado municipal Nuno Henriques, assinalando que terá todo o gosto em fazer a atualização solicitada.-----

-----Quanto às questões do deputado municipal Sérgio Jacinto, sobre os surtos informou que no Lar de Nossa Senhora da Luz a situação está estabilizada, lamentando a morte de 7 utentes e um hospitalizado em recuperação no hospital de Abrantes. O surto na Igreja Evangélica está a ser acompanhado e monitorizado pelas autoridades. No que se refere à comunidade indiana, não há surto, registaram apenas 3 pessoas infetadas que neste momento estão num equipamento de retaguarda a fazer a quarentena, mas dentro de 14 dias, face às medidas que tomaram a situação ficará estabilizada. -----

-----Sobre o voluntariado informou que têm vindo a fazer um esforço e caso necessário acionam o protocolo. Relativamente aos computadores o apoio é estruturante e estão disponíveis para reforçar o modelo no sentido de haver mais igualdade. A redução do IMI é para todos os municípios, as isenções referidas estão em avaliação e concluiu dizendo que sempre estiveram recetivos para o aumento das esplanadas dando nota que durante este período licenciaram 19 esplanadas. -----

-----O **presidente da Assembleia** manifestou o seu agrado com a disponibilidade do edil para a atualização quinzenal dos dados da COVID-19, informando que iria convidar o delegado de saúde pública do concelho para a próxima sessão ordinária de novembro, para dialogar sobre a problemática desejando que até lá não se agrave. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

9 - PROPOSTA N.º 50/CM/2020 - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO EM SEDE IMI REQUERIDA POR RAUSCHERT CERÂMICA TÉCNICA II, S.A.: -----

-----Presente ofício número 4595 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 17/09/2020, a informar que, a câmara municipal, em sua reunião de 15/09/2020, tendo por base a informação da área de empreendedorismo - Agência Investir Torres Vedras, deliberou propor à assembleia municipal a aceitação do benefício fiscal de redução de 44% de IMI, ao abrigo do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento produtivo (RBFCIP), nos termos dos artigos 6.º e 8.º do Código Fiscal do Investimento (CFI). -----

-----O **presidente da Mesa** deu nota do enquadramento legal para o pedido de revogação da deliberação do Executivo de 29/09/2019, em que aprovou a candidatura a benefícios fiscais ao abrigo do Regime Financeiro das Autarquias Locais, fixados pela deliberação Assembleia Municipal de 22/06/2017 e uma vez que a firma em causa apresentou uma candidatura ao AICEP ao abrigo do CFI – Código Fiscal do Investimento – que não é cumulável com quaisquer outros benefícios da mesma natureza, requereu à Câmara a revogação dessa deliberação de atribuição no plano autárquico, e assim a Assembleia tem que deliberar sobre proposta de concessão pelo Estado do benefício fiscal de isenção ou redução do IMI peticionado pela Rauschert Cerâmica Técnica II. Em caso de voto favorável o município prescinde dessa receita municipal, mas se a

Assembleia não concordar o município é recompensado, alertando contudo que no caso vertente este órgão deliberativo já tinha deliberado conceder essa mesma redução de IMI e assim em termos de coerência considerou a decisão fácil remetendo-a ao plenário para discussão.-----

-----Dada a palavra ao **presidente da Câmara** este indicou que intervenção do presidente da mesa foi esclarecedora, acrescentando apenas que a proposta de redução do IMI é de 44%, de acordo da avaliação da equipa técnica e nos termos do regulamento de apoio em causa.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues*, tendo em conta que a decisão de conceder o benefício fiscal, que consiste na isenção parcial do IMI à empresa Rauschert Cerâmica Técnica II, S.A., é ilegal visto que não é possível existir cumulação de benefícios, ou seja a redução do IMI mais o regime fiscal de apoio ao investimento que consiste em deduzir à coleta apurada uma percentagem do investimento realizado em ativos não correntes e como tal, a decisão de dia 29/10/2019 deverá ser revogada, contudo tal benefício não deve ser atribuído, por iniciativa da Câmara, pois a construção de tal estabelecimento acarreta custos e consequências tanto financeiras, como ambientais e assim sendo o BE vota contra. -----

-----Depois de algumas intervenções dos deputados municipais Sérgio Jacinto, António Carneiro Teresa Oliveira e Rita Sammer, que versaram a competência da Assembleia nesta matéria e a questão do município, em coerência com as deliberações anteriores prescindir da receita municipal, da qual já tinha abdicado, as quais foram devidamente esclarecidas pelos presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, passou-se à votação:-----

-----Atenta a sua competência prevista no art.º 16 da Lei n.º 73/2013 de 13/09, na sua atual redação, da Assembleia Municipal aprovou por maioria de 30 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra aceitar a redução de 44% de IMI, ao abrigo Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento produtivo (RBFCIP), nos termos dos artigos 6.º e 8.º do Código Fiscal do Investimento (CFI) requerida por Rauschert Cerâmica Técnica II, S.A, pelo período de vigência do contrato, ou seja 10 anos.-----

-----Anota-se que votou contra o deputado municipal João Rodrigues e abstiveram-se Paula Mota, Teresa Oliveira, Sérgio Jacinto, António Carneiro e Nuno Henriques. -----

-----Anota-se ainda que se encontravam ausentes Vale Paulos e João Pedro Gomes.-----

10 - PROPOSTA N.º 47/CM/2020 - ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA ADEQUAÇÃO AO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE):-----

-----Presente ofício número 3496 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27/07/2020 a se remete a proposta de alteração em título, para submissão à Assembleia Municipal de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião ordinária de 21/07/2020.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que ao abrigo do regime em causa o município tem a

oportunidade de através desta alteração ao PDM, resolver mais um pedido de regularização de uma exploração de bovinicultura da Bugavet – Produção Animal, Unipessoal Lda. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* solicitou ao edil que, tendo em conta que a regularização de pecuárias é matéria recorrente, explicasse a razão de se tratar de uma regularização extraordinária, tendo em conta os pareceres que constam no processo.-----

----O **presidente da Câmara** esclareceu que todos os processos de regularização tiveram um conjunto de procedimentos administrativos ao abrigo do RERAE, foram ouvidas em conferência de serviços todas as entidades consultadas sobre o processo, sobre esta possibilidade de adaptação do PDM onde foram tidas em conta todas as preocupações ambientais, às quais em projeto final o requerente têm que dar cumprimento para poder obter licenças de exploração -----

----Não se registaram mais intervenções tendo o presidente da Mesa colocado o assunto à votação:-----

----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista n.º 1, do art.º 90.º, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, deliberou, por maioria de 35 votos a favor e 2 abstenções aprovar a alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para adequação ao regime extraordinário de regularização das atividades económicas (RERAE) sob proposta do Executivo Municipal, aprovada em 21 de julho de 2020, que faz parte integrante do processo. -----

----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do João Rodrigues e Rui Prudêncio e não se encontrava na sala Nuno Henriques. -----

11 - PROPOSTA N.º 48/CM/2020 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS DA FREGUESIA DO TURCIFAL PARA CRIAR ESTRUTURA RESIDENCIAL DE IDOSOS – CASAL DA ROCHA – FREGUESIA DO TURCIFAL – PROCESSO DE OBRAS CI-250/2020: -----

----Presente ofício número 3493 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27/07/2020 a dar conhecimento de que a câmara municipal, uma vez que a área de intervenção se encontra identificada na planta de ordenamento como área agroflorestal, deliberou por unanimidade na sua reunião de 21/07/2020, declarar nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 130, do Regulamento do PDM, o interesse municipal para a ampliação do edifício da Associação de Socorros do Turcifal de modo a conter a valência de estrutura para idosos, com capacidade para 70 utentes, condicionado à obtenção dos seguintes pareceres favoráveis: Comissão Municipal de Defesa da Floresta; Instituto da Segurança Social, IP; Autoridade de Saúde do Concelho; Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e nessa sequência, remeter o processo em título para efeitos de ratificação.-----

----O **Presidente da Câmara** deu nota que se trata de um equipamento importante, onde já existe a valência de creche e centro de dia, pretendendo o requerente ampliar o edifício de modo a incluir

uma estrutura residencial para idosos.-----

----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal, ao abrigo alínea d) do n.º do art.º 130 do regulamento do PDM deliberou, por unanimidade ratificar a declaração de interesse municipal para ampliação das instalações da Associação de Socorros da Freguesia do Turcifal para criar estrutura residencial de idosos – Casal da Rocha – Freguesia do Turcifal – Processo de obras CI-250/2020.-----

12 - PROPOSTA N.º 15/AM/2020 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2019 – REPRESENTANTES:-----

----Presente relatório em título, tendo o presidente da Mesa dado nota que estão em falta alguns relatórios, mas insistiriam nesse sentido.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ADITAMENTO:-----

AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES PARA DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E COADJUVAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 1.º CICLO – ANO LETIVO DE 2020/2021-----

----Presente ofício número 4779, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/09/2020 a remeter de conformidade com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 29/09/2020, a informação n.º 218/2020 de 23/09/2020, para efeitos de autorização de repartição de encargos, considerando que os serviços terão início após adjudicação e termo no final de julho de 2021, prevendo-se que a despesa fique repartida da seguinte forma: 2020 — € 65.730,00 acrescido de IVA e 2021 — € 122.070,00 acrescido de IVA.-----

----Devidamente apresentado o assunto pelo **presidente da Mesa**, e não se registando intervenções, passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, deliberou, por unanimidade autorizar a repartição de encargos para “Aquisição de serviços de professores para dinamização de atividades de enriquecimento curricular e coadjuvação da educação física no 1.º ciclo – ano letivo de 2020/2021”, da seguinte forma: 2020 - €65.730,00 + IVA e 2021 - €122.070,00 + IVA.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelos 23:40 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a

presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
